



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA CAMPUS V
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS DEPARTAMENTO
DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

VITOR BRAGANÇA MAGALHÃES BIANCO

DO PLANO COLÔMBIA AO ACORDO DE LA HABANA: SECURITIZAÇÕES E
DESSECURITIZAÇÕES DO CONFLITO COLOMBIANO (2002-2016)

JOÃO PESSOA
2024

VITOR BRAGANÇA MAGALHÃES BIANCO

**DO PLANO COLÔMBIA AO ACORDO DE LA HABANA: SECURITIZAÇÕES
E DESSECURITIZAÇÕES DO CONFLITO COLOMBIANO (2002-2016)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial, à obtenção do título de Bacharela em Relações Internacionais.

Área de Concentração: Relações Internacionais

Orientador: Prof. Dr. Fábio Rodrigo Ferreira Nobre.

**JOÃO PESSOA
2024**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

B578p Bianco, Vitor Braganca Magalhães.

Do Plano Colômbia ao Acordo de La Habana [manuscrito] :
seuritizações e dessecuritizações do conflito colombiano
(2002-2016) / Vitor Braganca Magalhães Bianco. - 2024.

74 f. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações
internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2024.

"Orientação : Prof. Dr. Fábio Rodrigo Ferreira Nobre,
Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA".

1. Plano Colômbia. 2. Acordo de La Habana. 3. FARC. 4.
Securitização. 5. Dessecuritização. 6. Narcotráfico. I. Título

21. ed. CDD 327.16

Vitor Bragança Magalhães Bianco

**DO PLANO COLÔMBIA AO ACORDO DE LA HABANA: SECURITIZAÇÕES
E DESSECURITIZAÇÕES DO CONFLITO COLOMBIANO (2002-2016)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Relações Internacionais da
Universidade Estadual da Paraíba como
requisito parcial à obtenção do título de
bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: 18/11/2024

Documento assinado eletronicamente por:

- Andre Mendes Pini (196.169.918-41), em 19/11/2024 09:48:31 com chave 94fc7308a67411efb15e1a7cc27eb1f9.
- Fábio Rodrigo Ferreira Nobre (074.547.894-80), em 18/11/2024 19:46:41 com chave fab2c470a5fe11efbd4106adb0a3afce.
- Cristina Carvalho Pacheco (729.986.019-87), em 19/11/2024 14:48:43 com chave 848a07d6a69e11ef9a861a1c3150b54b.

Documento emitido pelo SUAP. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse https://suap.uepb.edu.br/comum/autenticar_documento/ e informe os dados a seguir.

Tipo de Documento: Ata de Projeto Final

Data da Emissão: 19/11/2024



Ao meu parceiro e alma gêmea Cross

AGRADECIMENTOS

Este Trabalho de Conclusão de Curso teria sido impossível sem o apoio, incentivo, carinho e amor das pessoas que aqui serão citadas.

Aos meus pais, Alexsandra e Rafael, que mesmo distantes me incentivaram a ir até o fim, me mostraram a importância de terminar o que comecei com amor, dedicação e me apoiaram desde o início nessa aventura louca de me mudar para tão longe indo atrás dos meus sonhos. À minha irmã Mariana, minha âncora e porto seguro durante todo o período da faculdade e processo de escrita deste trabalho, sou muito grato a todas as vezes em que ela atendeu o telefone em momentos em que eu estava precisando de um ouvinte, e, conseqüentemente, me fazendo rir, lembrando da leveza que nossa relação traz. À minha família, minha tia Janne, meu tio Sergio e minha avó Clenildes, família que me deu acolhimento especial de moradia e coração como nunca, sou muito grato por terem vocês por perto.

Aos meus amigos que ficaram no Acre ou seguiram caminhos diferentes, e mesmo assim estão comigo nesta conclusão de curso, sendo imprescindíveis para que eu aguentasse seguir em frente.

Maria Clara, Aymee e Helena, minhas irmãs que mesmo longe fazem parte do meu dia a dia, fazem parte de mim e nunca deixaram a distância tirar nossa proximidade e amor cultivado ao longo dos anos; Mel, depois de tantas histórias malucas que vivemos e compartilhamos entre si seria impossível não citar você, muito obrigado por me mostrar que sempre vamos nos perder mas que sempre teremos um ao outro para nos mostrar o caminho de volta; Barbára e Yanna, que admiro muito e sinto saudade todos os dias das nossas piadas internas e conversas profundas enquanto comíamos um lanche; um agradecimento especial para Vinicius e Raí, pessoas muito importantes na minha vida, todas aquelas sessões de cinema e conversas na minha casa me encorajaram e me fizeram ter cada vez mais vontade de terminar com maestria esse trabalho, vocês por muitas vezes foram a razão das minhas risadas mais sinceras e descontroladas e momentos que vão ser eternizados na memória.

Aos queridos amigos que fiz ao longo do caminho, sem eles eu não teria tido coragem de me reerguer após tantas quedas.

Às minhas amigas e vizinhas Alana e Debora, duas pessoas que sem elas eu jamais teria terminado este projeto com a cabeça que tenho hoje, ambas sabem o quanto eu sou grato e feliz por tê-las na minha vida, desde os momentos difíceis e complicados aos fáceis e felizes as duas estavam comigo, me aconselhando, apoiando, dando a ajuda necessária para que eu me lembrasse do meu objetivo final e me dando amor e carinho em meio ao caos; Deborah, não sei nem dizer o quão gratificante é ter você na minha vida, uma pessoa de luz que vê beleza em todos os detalhes e em como a gente pode achar amor em todas as coisas, espero que nossa história esteja apenas no início; Luan, uma pessoa incrível e talentosa, te amo muito e nunca vou esquecer como você esteve ao meu lado vendo todo este trabalho acontecer, além de sempre me apoiar e incentivar meu lado criativo das mais diversas formas; Mike, quem sempre me deu ótimas dicas e acreditou no meu potencial desde o início do trabalho, sendo um ouvinte de desabafos e frustrações, obrigado por sempre me acolher e se importar comigo. Muito obrigado a todos!

RESUMO

O objetivo da presente pesquisa é fazer a análise da evolução do conflito colombiano, trazendo as lentes das estratégias de securitização e dessecuritização, ideias trazidas pela Escola de Copenhague. O estudo começa com uma introdução ao contexto histórico do conflito colombiano, destacando a instabilidade política, o narcotráfico e a violência que marcaram o país. A análise se concentra nos grupos insurgentes, especialmente as FARC, e sua categorização como grupo terrorista, o que influenciou o discurso de segurança nacional. Diante isto, será abordado a criação do Plano Colômbia, uma iniciativa bilateral entre Colômbia e Estados Unidos, que visava combater o narcotráfico e os grupos insurgentes através de apoio financeiro e militar. Será visto as consequências do Plano é as críticas feitas a este por seu forte enfoque militar, que exacerbou a violência em vez de promover soluções pacíficas. Portanto, o trabalho faz condensa os governos de Uribe e Santos como exemplos claros dos processos de securitização e dessecuritização, respectivamente, do conflito, sugerindo que a dessecuritização e o diálogo são abordagens mais eficazes para resolver conflitos complexos como o colombiano para promover um ambiente de justiça social e reconciliação.

Palavras-chave: Colômbia, FARC, Securitização, Dessecuritização, Plano Colômbia, Narcotráfico.

ABSTRACT

The objective of this research is to analyze the evolution of the Colombian conflict through the lenses of securitization and desecuritization strategies, concepts introduced by the Copenhagen School. The study begins with an introduction to the historical context of the Colombian conflict, highlighting the political instability, drug trafficking, and violence that have marked the country. The analysis focuses on insurgent groups, especially the FARC, and their categorization as a terrorist group, which influenced the national security discourse. In this context, the creation of Plan Colombia will be addressed, a bilateral initiative between Colombia and the United States aimed at combating drug trafficking and insurgent groups through financial and military support. The consequences of the Plan and the criticisms directed at it for its strong military focus, which exacerbated violence instead of promoting peaceful solutions, will be examined. Therefore, the work condenses the governments of Uribe and Santos as clear examples of the processes of securitization and desecuritization, respectively, of the conflict, suggesting that desecuritization and dialogue are more effective approaches to resolving complex conflicts like the Colombian one to promote an environment of social justice and reconciliation.

Keywords: Colombia, FARC, Securitization, Desecuritization, Plan Colombia, Drug Trafficking.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da Colômbia	13
Figura 2 – Gráfico da classificação social da Colômbia	Erro! Indicador não definido.
Figura 3 – Zona de Atividade das FARC-EP (em verde)	19
Figura 4 – Presença das FARC em território colombiano em 2002	29
Figura 5 – Gráfico de gastos com segurança e defesa como porcentagem do PIB colombiano (1991-2005)	48
Figura 6 – Gráfico de valores de repasse dos EUA à Colômbia através do Plano Colômbia	53
Figura 7 – Resultado do plebiscito colombiano de 2 de outubro de 2016	58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1–Alocação dos recursos do Plano Colômbia entre 1999 e 2005 (em milhões de dólares)	31
Tabela 2–Taxas Mensais de Casualidades por Ataques e Conflitos para Vários Períodos de Tempo	49
Tabela 3 – Ataques a vítimas por Mês por Período	50

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AUC	Autodefesas Unidas da Colômbia
BACRIM	Bandas Criminais
EC	Escola de Copenhague
EFDD	<i>Estrategia de Fortalecimiento de la Democracia y Del Desarrollo Social</i>
ELN	Exército de Libertação Nacional
EPL	Exército Popular de Libertação
EUA	Estados Unidos da America
FARC -EP	Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia – Ejercito Del Pueblo
M-19	Movimento 19 de Abril
NSDD-221	National Security Decision Directive 221
OEA.	Organização dos Estados Americanos
ONGS.	Organização Não Governamentais
OTAN.	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCSD.	Plano de Consolidação da Segurança Democrática
PIB.	Produto Interno Bruto
PISDP.	Política Integral de Segurança e Defesa para a Prosperidade
PND.	Plano Nacional de Desenvolvimento
RI.	Relações Internacionais
RRI.	<i>Reforma Rural Integral</i>
TRW.	Thompson Ramo Wooldridge

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	9
2. BREVE HISTÓRICO DO CONFLITO COLOMBIANO	12
2.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS COLOMBIANOS	14
2.1.1 <i>LA VIOLENCIA</i> E <i>BOGOTAZO</i>	18
2.2. A CRIAÇÃO DOS GRUPOS INSURGENTES	21
2.3 PLANO COLÔMBIA E EUA	25
2.3.1. O QUE É O PLANO COLÔMBIA.....	27
2.3.2. A VIRADA PARA O MILITARISMO	30
2.3.3. A SIGNIFICÂNCIA DO PLANO COLÔMBIA NA PRÁTICA	32
3. ESCOLA DE COPENHAGUE E A TEORIA DE SECURITIZAÇÃO	33
3.1 O QUE É SECURITIZAÇÃO.....	36
3.1.2. DESSECURITIZAÇÃO.....	38
3.2 A SECURITIZAÇÃO DAS FARC	5
4. SECURITIZAÇÃO E DESSECURITIZAÇÃO DAS FARC: O CASO DOS GOVERNOS URIBE E PASTRANA.....	41
4.1 A SECURITIZAÇÃO E O NARCOTERRORISMO NO GOVERNO URIBE.....	42
4.2 MILITARIZAÇÃO E COMBATE ARMADO (URIBE)	47
4.3 DESSECURITIZAÇÃO E DIÁLOGO (JUAN MANUEL SANTOS).....	51
4.4. ACORDO DE PAZ DE HAVANA (SANTOS)	55
4.4.2. AS FARC NO SÉC. XXI	59
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS.....	65

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Colômbia é um país que enfrentou diversos desafios significativos que demandaram e ainda demandam a atenção e ação efetiva da população e do governo ao longo da história colombiana. O contexto político do país tem sido caracterizado por episódios de instabilidade que resultaram em problemas complexos, como o narcotráfico, um grave conflito interno e níveis alarmantes de violência. A presença de zonas onde a governabilidade estatal é limitada exacerba essas questões e dificulta a implementação de políticas públicas eficazes e a promoção do desenvolvimento sustentável (Koerich, 2015). A análise da pluralidade de atores nas relações entre Estados revela um campo teórico em que grupos com ideologias divergentes das preconizadas pelo Estado não eram considerados uma ameaça à soberania nacional, refletindo, assim, a predominância da teoria realista nas discussões sobre segurança internacional. No contexto apresentado, a proteção e a segurança do indivíduo também não eram vistas como um dever a ser priorizado pelo Estado, pois o foco se restringia, em sua maioria, às interações entre entidades estatais e aos conflitos que emergiram nas arenas internacionais. Essa evolução teórica, portanto, emerge como um marco fundamental para a reavaliação das responsabilidades estatais em relação à segurança individual, promovendo um diálogo mais inclusivo sobre o papel do Estado na proteção dos direitos dos indivíduos e das minorias em um mundo cada vez mais interconectado e plural. Logo, atores intraestatais passaram a ser levados em consideração possuindo papéis importantes no Sistema Internacional e suscetíveis a serem percebidos como ameaça ou terem a sua segurança ameaçada por outros atores (Buzan *et al.*, 1998).

Neste sentido, pode-se observar alguns processos no mundo em que atores não estatais armados assumem significativa relevância nas ordens internas (Lange, 2017, p. 12). No caso colombiano, foi a partir da década de 1960 que se iniciou um conflito armado entre o governo da Colômbia e diversos grupos não estatais, como paramilitares e guerrilheiros. Esse conflito, que se estende até os dias atuais, ganhou uma ampla discussão teórica, especialmente em função da atuação das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), que se destacam como o grupo guerrilheiro mais antigo da América Latina (Herz, 2010).

Os grupos guerrilheiros cresceram e se firmaram no cenário colombiano com o apoio das comunidades rurais, que se sentiam desamparadas pelo governo. Esses grupos desenvolveram atividades ilegais, como sequestros, assassinatos e tráfico de drogas, para financiar sua expansão além das fronteiras do país (Lange, 2017). Ao longo de mais de sessenta anos, diversos governos tentaram acabar com o problema do aumento progressivo de poder dos

grupos insurgentes, mas poucos acharam soluções eficazes o suficiente; e um cenário onde estes grupos passaram a ameaçar a soberania estatal foi criado, neste caso, a guerrilha passa a ser vista como ator de importante relevância na análise do conflito. O Estado colombiano percebe a importância e a diferenciação das FARC de outros atores existentes até então, já que estas têm uma trajetória diferente de solidificação no Estado, tendo o apoio da população rural e possuindo o controle de diversas áreas do país. Isto fez com que, ao passar do tempo, a classificação do grupo evoluísse para terrorismo, não só pelo governo colombiano, mas por entidades externas como os EUA e a União Europeia.

A categorização das FARC como um grupo terrorista desempenha um papel crucial na formação do discurso atual, que busca apresentar a guerrilha como uma séria ameaça ao Estado colombiano. Isso revela uma narrativa que vai além da simples criminalização da resistência armada. Nesse cenário, os estudos difundidos pela Escola de Copenhague, proeminente no campo da Segurança Internacional, propõem uma ampliação das temáticas relacionadas à segurança, sustentando que, não apenas as dimensões militares devem ser consideradas ao se analisar os desafios enfrentados pelos Estados, mas também esferas adicionais que abrangem outras áreas, como por exemplo, os âmbitos social e ambiental. Essa abordagem permite que setores anteriormente negligenciados sejam reconhecidos como potencialmente vulneráveis a ameaças que não apenas comprometem a segurança do Estado enquanto entidade abstrata, mas que, de forma mais contundente, impactam a segurança dos indivíduos que o compõem e, ainda, a estabilidade no nível sistêmico, enfatizando a interconexão entre fenômenos sociais, políticos e ambientais na configuração de um panorama de segurança mais amplo e multifacetado.

Esta pesquisa visa analisar de maneira aprofundada o processo de pacificação em curso, focando tanto seu desenvolvimento quanto os acordos entre as partes. A partir dos conceitos da Escola de Copenhague, busca-se entender como o diálogo estabelecido contribui para a dessecuritização das FARC, além de explorar o fenômeno da terrorização e da securitização deste grupo como tentativa de resolver o conflito no país. Essa abordagem permitirá um panorama que integra a análise de discursos e oferece a compreensão das interações entre os atores envolvidos e suas implicações para a estabilidade regional. O tema central será examinado em três capítulos, sendo duas seções as considerações iniciais e finais, respectivamente, cada um abordando diferentes aspectos do processo de pacificação e sua relevância no contexto da segurança, questionando se a diminuição das ações militares foi mais eficaz e segura para proteger a população.

No primeiro capítulo é feita uma análise abrangente da complexa trajetória do conflito colombiano, começando pela investigação dos antecedentes históricos que moldaram a sociedade do país, com ênfase em dois eventos significativos que violentamente marcaram a história do país, "La Violencia" e o "Bogotazo". E tendo como plano de fundo uma Colômbia dividida por seus cenários naturais, o que favoreceu a desigualdade social. Em seguida, é realizada uma avaliação crítica da formação dos grupos insurgentes, delineando conceitos fundamentais como insurgência, guerrilha e terrorismo, além de examinar como o Estado lidou, inicialmente, com o surgimento dos grupos, que incluíram estratégias de contraterrorismo e a formação de milícias paramilitares. O capítulo ainda discute o impacto do Plano Colômbia, um projeto de colaboração com os Estados Unidos, que se destaca por sua natureza multidimensional e a transição para uma abordagem militarista, analisando suas implicações financeiras e logísticas.

No segundo capítulo desta pesquisa, utilizaremos os conceitos fundamentais da Escola de Copenhague para investigar o fenômeno da securitização, enfatizando as contribuições de seus principais teóricos. Através de uma análise aprofundada da situação das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), examinaremos como diferentes governos colombianos empregaram a securitização como estratégia para lidar com o grupo ilegal. Será elaborado uma retrospectiva dos resultados obtidos ao longo do tempo através de discursos e atitudes tomadas nos governos. Este capítulo questionará se a securitização, juntamente com o aumento do armamento estatal, constitui uma resposta eficaz para a resolução dos conflitos que permeiam o território colombiano, ou se tal abordagem perpetua um ciclo de violência e insegurança.

No terceiro e último capítulo, para além de analisarmos os processos de securitização, trataremos a dessecuritização das FARC como um ponto de virada para a resolução do conflito, trazendo a diminuição da militarização e a abertura para um diálogo mais eficaz que a luta em campo com o grupo sob as administrações dos presidentes Álvaro Uribe e Juan Manuel Santos. A discussão inicia-se com a abordagem securitizante de Uribe, que, ao vincular as FARC ao narcoterrorismo, fundamentou essa perspectiva e se debruçou em discursos que mostram a promoção de uma militarização exacerbada e um intenso combate armado, resultando em um recrudescimento dos conflitos. Por outro lado, a análise da gestão de Santos é examinada sob a ótica da dessecuritização, caracterizada por esforços de diálogo e negociação, que culminaram no histórico Acordo de Paz de La Habana. Nessa circunstância, a presente pesquisa examina a estratégia de dessecuritização implementada pelo governo Santos como um meio eficaz de enfrentamento das guerrilhas e do narcotráfico no país. A análise busca compreender a evolução

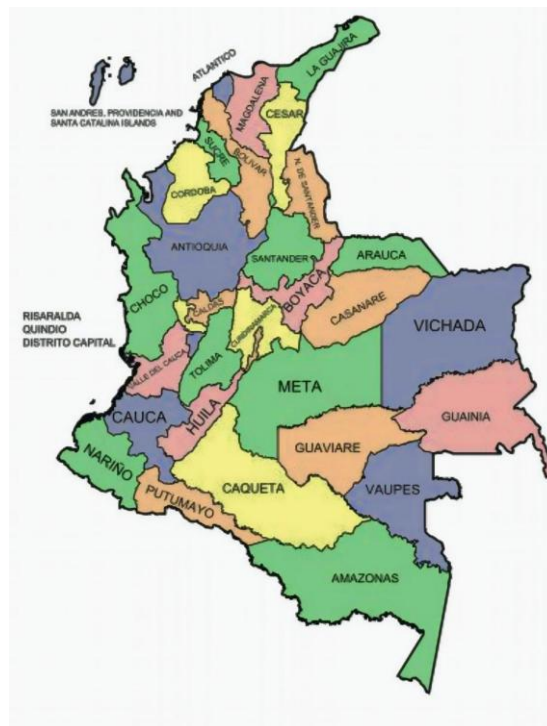
desse processo, destacando as abordagens qualitativas empregadas para elucidar as dinâmicas envolvidas na implementação da referida estratégia, incluindo a entrega de armas e a transição para um partido político, ressaltando as implicações dessas mudanças para a paz e a estabilidade da Colômbia, temas centrais na construção de um futuro pacífico para o país.

Através de uma pesquisa bibliográfica mais aprofundada e a análise de discursos visando identificar os principais fatores que contribuíram para o avanço das políticas de segurança pública e o impacto delas sobre a desarticulação das organizações criminosas, a pesquisa procura, portanto, não apenas descrever, mas também interpretar os desdobramentos desse modelo, considerando suas implicações para o futuro da segurança nacional colombiana.

2. BREVE HISTÓRICO DO CONFLITO COLOMBIANO

Com 52 milhões de habitantes e uma faixa de 1644 km de fronteira comum, a Colômbia possui uma destacável diversidade geográfica e cultural. Abrange desde regiões andinas com cadeias montanhosas, como a Cordilheira dos Andes, que atravessa o país de norte a sul, a áreas densas de floresta amazônica e planícies na região dos Llanos. A Colômbia é um país estratégico para exportações, pois é o único país da América do Sul que possui duas costas: o Mar do Caribe e o Oceano Pacífico, o que facilita o acesso por essas duas regiões (Dane, 2021)

Figura 1 – Mapa da Colômbia



Fonte: Fonte: Minagricultura | Expansión | Colombia.co

O guerreiro chinês Sun Tzu (481-221 a.C.), em sua obra “A Arte da Guerra”, define guerra como: “[...] um assunto de vital importância para o Estado, é o domínio da vida e da morte, o caminho que leva à sobrevivência ou à aniquilação. É imprescindível estudá-la a fundo” (p. 09). A presente pesquisa demonstrará que a população colombiana não esteve isenta de conhecê-la de perto e saber seu verdadeiro significado.

Em relação às taxas de violência e criminalidade, o caso colombiano é complexo e multifacetado devido à variedade de participantes no contexto do conflito armado e à mutação de atores sob a modalidade do crime organizado (Marín & Valencia, 2023). Para que seja possível compreender a complexidade dos desdobramentos contemporâneos do conflito colombiano, faz-se fundamental conhecer um pouco do histórico da violência no país. Com uma extensa história de conflitos, alguns que ainda perduram, a Colômbia é também o maior exportador de cocaína do mundo – fornecendo aproximadamente 80% da cocaína mundial. O dinheiro deste tráfico ilegal penetrou nas carteiras dos funcionários do governo e nos cofres de guerra dos insurgentes armados (Saab; Taylor, 2009, p. 455).

Após o processo de Independência do país, que durou de 1810 a 1848, a política nacional acabou se organizando de forma que o cenário do país no ano de 1849 era constituído,

principalmente, por dois partidos, o Liberal e Conservador. Após a independência, os conflitos violentos quase constantes entre Liberais e Conservadores levaram à morte de 35.000 colombianos durante 1820-1879, um número que equivaleria proporcionalmente a cerca de 5-10 milhões de mortes durante os últimos 50 anos do século XX (Coatsworth, 2003, p. 8)

Após a crise econômica global de 1929, o Partido Liberal se dissolveu em duas áreas: conservadora e reformista, marcadas pela ideologia esquerdista e liderado por Eliecer Gaitán, que é morto em 1948, iniciando uma das maiores guerras civis do país, chamada *La Violencia*. Esse conflito levou trabalhadores rurais a lutarem contra os latifundiários, num crescente que os leva a se organizarem nas Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia – Ejercito Del Pueblo (FARC-EP) em 1964 (Lemus, Stanton, Walsh, 2005).

A criminalidade, conforme o objetivo da presente pesquisa, deve ser entendida a partir de seu espírito epistemológico, não apenas como um resultado de uma ação criminoso, mas como um conjunto de situações que transformam esse ato em crime (Salvatore, 1998).

2.1 Antecedentes históricos colombianos

O conflito armado interno na Colômbia, que, oficialmente, perdurou por cerca de cinquenta anos, resistiu aos desafios da Guerra Fria e sobreviveu a diversas iniciativas de negociação de paz. Embora algumas dessas tentativas tenham logrado desmobilizar determinados grupos insurgentes, a complexidade e a persistência das dinâmicas sociais, políticas e econômicas contribuíram para a continuidade da violência, evidenciando a dificuldade em alcançar uma resolução definitiva para esta crise prolongada (Stanton, 2003).

A análise da história da Colômbia permite identificar motivações tão antigas quanto a formação do Estado nacional do país para os conflitos que seguem. As motivações que impulsionaram os conflitos armados no país foram de natureza política, sendo os partidos tradicionais os principais protagonistas.

A guerra civil e a pobreza parecem ter ocorrido durante o século XIX, duas variáveis dominantes da dinâmica interna da sociedade colombiana. No entanto, depois de cada uma das muitas guerras que ocorreram no século XIX, o que paradoxalmente se afirma é a continuidade das estruturas de dominação e a delimitação clara de certas identidades básicas entre as duas coletividades políticas tradicionais: os partidos Liberal e Conservador. (Sánchez & Meertens, 2011, p. 57).

Outro fator importante para a formação de grupos armados na Colômbia é sua economia, que se baseia no modelo agroexportador, especialmente de café. As regiões cafeicultoras

desempenharam um papel significativo em algumas fases do conflito, tendo as guerrilhas participado nesta atividade em determinados momentos. Entretanto, o envolvimento dos guerrilheiros – especialmente o das *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colômbia* (FARC, Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) – no negócio da droga tornou-se cada vez mais intenso, não só por razões econômicas, mas também por interesses políticos (Bolívar, 2003). Isto leva à questão da interação entre a economia local e a legitimidade política dos grupos armados, sendo o melhor exemplo o caso do Exército de Libertação Nacional (ELN).

As atividades econômicas destes grupos se fazem não só na produção e venda – tanto nacionais como internacionais – mas como na cobrança de impostos a instituições empresariais. Os grupos armados, especialmente os guerrilheiros, desenvolveram uma complexa rede de interações com indivíduos estrangeiros. Faltam informações confiáveis que permitam compreender todo o alcance da interface entre as dimensões nacional e internacional do conflito colombiano (Ortiz, *et al.* 1995, p. 237).

O Estado colombiano também desempenha um papel crucial na perpetuação do conflito que afligia o país, uma vez que sua ineficiência em atender às demandas da sociedade, especialmente nas áreas rurais, perpetua a marginalização da população camponesa e indígena (Bolívar, 2003). A ausência de uma presença estatal eficaz, muitas vezes vinculada à corrupção e à falta de políticas públicas, tem sido explorada por grupos insurgentes como justificativa para suas ações criminosas.

O conflito coexiste com instituições democraticamente formais, mas a exclusão política tem sido uma das principais causas da violência. A Colômbia é um país de renda média com uma riqueza de recursos naturais. Analisando o gráfico de classificação social do país é visto que 39% da população é considerada pobre, 31% se classifica como mais vulnerável e 28% como classe média. A classe alta representa apenas 1,8% da população¹ (Dane, 2021). O país possui uma das Constituições mais progressistas e um dos tribunais constitucionais mais inovadores da América Latina, além de ter ratificado praticamente todos os tratados internacionais e regionais de direitos humanos. Contudo, o tráfico de drogas e a corrupção são disseminados, e o histórico de direitos humanos do governo colombiano permanece entre os piores do hemisfério ocidental. (Stanton, 2003).

A Colômbia é um país historicamente plural em questões políticas e sociais, é importante reconhecer as variadas formas de envolvimento do Estado e dos atores armados nas

¹ Os dados completos podem ser encontrados no Relatório tal da Federação das Indústrias do Estado da Bahia, disponível em https://www.fieb.org.br/wp-content/uploads/2023/04/Estudo-de-mercado-do-COLOMBIA-diagramado_V_Final.pdf, acessado em 14 de e Agosto de 2024.

diferentes regiões do país. Uma análise geopolítica do conflito armado colombiano indica os diferentes tipos de dinâmicas regionais que este conflito acarreta. Existem conflitos microrregionais, mesorregionais e macrorregionais, todos envolvendo disputas sobre hierarquias territoriais e supremacia econômica/política em determinadas áreas (Bolívar, 2003).

2.1.1. *La Violencia e Bogotazo*

A história violenta da Colômbia, com raízes em meados do séc. XIX e aliada à sua característica fragmentação política, tem sido um pano de fundo complexo para as diversas relações de poder no país. Este contexto não apenas moldou a dinâmica social e política colombiana, mas também levou à institucionalização da disciplina acadêmica de ‘Violentologia’, que se destaca como uma singularidade global (Rochilin, 2010, p. 716). Essa disciplina surgiu como resposta à necessidade de entendimento das múltiplas facetas da violência que permeiam a sociedade colombiana, consolidando a Colômbia como um campo de estudo enriquecedor e necessário.

Após a Guerra dos 1000 Dias, de 1899 a 1902, período que marcou a maior guerra civil da América Latina durante o século XIX. Com números entre 80 mil e 200 mil mortos durante o conflito, começa uma nova investida sangrenta no país que ficou conhecida como *La Violencia*, ocorrido durante o período 1948-1958. Pelo menos 200 mil colombianos perderam a vida no período de guerra (Bailey, 1967, p. 562). Para Mark Bowden (Visacro, 2009):

[...] um período de pesadelo e derramamento de sangue, tão vazio de significado que ficou chamado simplesmente de *La Violencia* [...]. Exércitos públicos e privados aterrorizavam áreas rurais. O governo combatia as guerrilhas paramilitares, os industriais combatiam os sindicalistas, os católicos conservadores combatiam os liberais heréticos e bandidos tiravam vantagem dos saques em uma terra de ninguém.

O período de guerra começa com a chegada do Partido Conservador, em 1946, e tem seu estopim com a morte do líder do Partido Liberal, Jorge Eliecer Gaitán, em Bogotá, no ano de 1948, em meio à primeira reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA), conforme aponta o Coronel Alessandro Visacro (Visacro, 2009):

No dia 8 de abril de 1948, diplomatas de todo o continente, reunidos em Bogotá, compareceram à conferência de criação da Organização dos Estados Americanos (OEA). Nessa mesma data, o líder liberal Jorge Eliecer Gaitán, ferrenho opositor do presidente Mariano Ospina (do Partido Conservador), foi assassinado. Gaitán era um advogado que pregava ideais socialistas, condenando as “aristocracias feudais calcificadas da região”. O discurso apaixonado de Gaitán contava com vigoroso respaldo popular. Sua morte foi responsável por uma erupção de fúria nas ruas da capital. A incontrolável onda de distúrbios, que se seguiu, tornou-se conhecida como “La Bogotazo” e alastrou-se, espontaneamente, por outras cidades, alimentando o ódio que permeia toda a sociedade colombiana. A população civil tornou-se vítima de crimes bárbaros e atrocidades perpetradas por rebeldes camponeses, milícias armadas das oligarquias locais, guerrilhas de esquerda, bandoleiros, unidades do Exército, órgãos de repressão e forças de segurança pública.

Durante o período de violência na Colômbia, grupos insurgentes se espalharam pela zona rural da Colômbia, estabelecendo comandos independentes e atuando paralelamente com as autoridades do país. "Zonas de guerrilha eram imaginadas e representadas como áreas de domínio da liberdade", diz o historiador Gonzalo Sanchez (BBC, 2016).

No início da década de 50, a Colômbia presenciou uma transformação no panorama político, caracterizada por um golpe de Estado promovido por setores militares da época. Em 1953, o general Gustavo Rojas Pinilla liderou um golpe de Estado, e com a frase "Asumo el mando de la nación." tinha como objetivo dar fim ao caos e estabilizar o país (Zackrison, 1989). General Rojas concedeu uma anistia que teve o mérito de refrear a tradicional violência política entre liberais e conservadores. Entretanto, não erradicou o banditismo nem conteve a crescente influência revolucionária marxista (Visacro, 2009). O golpe realizado por Rojas repercutiu profundamente na dinâmica social e política do país, transformando-se em um divisor de águas e inaugurando um período tumultuado de reestruturações institucionais.

E a partir da década de 1960 começam a nascer os principais movimentos de luta armada colombianos de orientação marxista: as FARC, o Exército de Libertação Nacional (ELN) e o Exército Popular de Libertação (EPL). No início dos anos 1970, surgiu o Movimento 19 de Abril, também chamado M-19 (Visacro, 2009).

2.2 A Criação dos Grupos Insurgentes

As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) podem ser analisadas em quatro fases distintas, cada uma possuindo um marco para a manutenção progressiva deste grupo (Zackrison, 1989). A primeira fase abrange o período desde sua criação na década de 1960 até cerca de 1980, quando a organização consolidou suas bases em um contexto de intenso tumulto político e social. A segunda fase durou cerca de 1980 a 1990, caracterizada por uma expansão territorial e aumento da influência sobre diversas comunidades rurais. O intervalo entre 1990 e a formalização do Plano Colômbia, em 2000, assinala uma fase de adaptação

estratégica, à medida que as FARC tentavam se posicionar tanto em relação ao Estado colombiano quanto às tentativas de resolução para o problema em âmbito internacional. De acordo com a própria literatura da organização, sua origem remonta a uma fusão inicial, em 1950, entre guerrilheiros liberais e unidades comunistas de autodefesa².

Desde então, o conflito armado colombiano percorreu várias fases, e tem sido potencializado pela preeminência das situações supracitadas e pelo desenvolvimento de outros fenômenos, como, por exemplo, as economias ilícitas do narcotráfico, do tráfico de armas e do contrabando. (Santos, 2011). No final da década de 1980, a Colômbia transformou-se em um caso único no mundo, onde eram cultivadas e exportadas, dentre outras, a coca, a maconha e a papoula. (Valencia, 2005, p. 79).

Para entender o nível de complexidade do conflito colombiano, é necessário entender os diversos atores envolvidos na criação dos grupos insurgentes do país. Tais caracterizações são particularmente diferentes já que os atores envolvidos não são encontrados em guerras convencionais, grupos paramilitares e guerrilheiros compõem o conflito e são peças imprescindíveis para a análise do conflito. A resistência campesina colombiana a essa agressão estatal foi o ato criador das guerrilhas estudadas nesta pesquisa. Em Marquetalia, município colombiano localizado na região de Caldas, havia se constituído uma espécie de "república independente", formada por cerca de 50 homens que lutaram durante "A Violência" com suas famílias (BBC, 2016).

² Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), 'Nuestra Historia' (2004), {<http://www.farc-ep.org/aniversario/especial40aniv/textcrono/html>} acessado em 14 de e Agosto de 2024.

Figura 3 – Zona de Atividade das FARC-EP (em verde)



Fonte: Rippel (2004, p. 24-25)

Após a contínua expansão e institucionalização do movimento guerrilheiro no país, a organização camponesa busca cada vez mais deslegitimar o governo oficial colombiano. Consoante Santos (2011), em 1982, as FARC incorporam o EP (*Ejército del Pueblo*) à sua sigla e estabeleceram 48 frentes de batalha, inaugurando sua estratégia ofensiva de expansão territorial, na chamada *Campaña Bolivariana por una Nueva Colombia*, em que a perspectiva consistia na tomada do poder no país. Com 350 homens, divididos em seis núcleos guerrilheiros, o movimento troca, então, sua estratégia defensiva por ofensiva, conscientes que se iniciará uma luta prolongada até a tomada do poder (Alape, 1994).

A respeito da expansão das FARC, na década de 1980, nota-se, inicialmente, que o processo de paz lançado pelo governo do, então, presidente Belisario Betancur (1982 – 1986), foi aproveitado pela guerrilha, não somente para fins político-institucionais, bem como para o fortalecimento militar (Bordin, 2013). Outro fator contribuinte para a expansão do movimento encontra-se no fato de que os camponeses e comunistas conseguiram tirar da situação formas de extrair recursos econômicos através de sequestros, tráfico e extorsões. Formada por

componentes de classes baixas do país, este fator foi a explicação mais elucidativa da expansão das FARC.

Em 1980, as FARC passam de reguladoras de atividades narcóticas em territórios sob seu domínio e começam a assumir um papel central nos ciclos de narcotráfico do país, contando com um forte aparato militar que, possuindo grandes números de homens no final da década de 1980 e triplicando nos anos 2000, assume papel importante para administrar projetos com viés militar e político.

A expansão territorial das guerrilhas colombianas passou por uma transformação na busca de rendas, através de meios extremamente violentos, em áreas com grandes riquezas provenientes da pecuária, agricultura, petróleo, ouro e narcotráfico. Esse fato promoveu alterações importantes na dinâmica do conflito, pois, até então, as guerrilhas tinham uma presença em territórios pobres e periféricos. No caso das FARC, até meados da década de 1990, a obtenção de recursos em territórios ricos era feita mediante sequestros, extorsões e participações na economia da droga. (Santos, 2011, p. 25).

Quase concomitantemente ao nascimento das FARC, surge o grupo inspirado na revolução cubana. O Exército de Libertação Nacional (ELN), criado em 1962 durante a entrega de mais de mil bolsas de estudos a jovens latino-americanos que quisessem estudar na ilha de Cuba. Os estudantes voltaram à Colômbia com treinamento militar do governo cubano e com estratégias militares que haviam sido utilizadas na Revolução, dentre elas, a teoria do foco, que propunha começar a revolução com um foco guerrilheiro que eventualmente ampliaria seu raio de ação, ponto principal que diferencia ELN das FARC na questão da política. (Vélez, 2001).

Após o início do movimento de insurgência guerrilheiro, contando com apoio e contribuições campesinas forçadas ou voluntárias, roubos à entidades políticas e assaltos, o movimento declarou que seu objetivo estratégico baseava-se na “obtenção do poder pelas classes populares e a derrota da oligarquia nacional, das Forças Armadas que a sustenta e dos interesses econômicos, políticos e militares do imperialismo norte-americano”. (Peñate, 1998). Entretanto, seguido por um golpe militar e perseguições políticas, os líderes do grupo chegam a um acordo e organizam sua estrutura interna. O ELN passa a ser, então, uma “organização político-militar com princípios leninistas de funcionamento” (Vélez, 2001).

Enquanto organização insurgente, Santos (2001) afirma que o ELN possuiu cerca de 2.500 homens e suas estruturas de mando necessariamente organizadas. Em contraste às FARC, o ELN tem menor impacto por ter um aparato militar não tão desenvolvido, uma vez que suas

ações normalmente são de âmbito local. Mais tarde surgem o Exército Popular de Libertação, o M19 (mais urbano) e outras guerrilhas, que já foram desmobilizadas (Vélez, 2001).

As estimativas indicavam que a insurreição contava com um contingente de aproximadamente 15 a 18 mil homens nas fileiras de grupos armados guerrilheiros. Em resposta a essa crescente ameaça, o governo colombiano busca meios institucionalizados e robustos de conter a evolução desenfreada dos grupos que contribuem com a decadência do status de segurança colombiano.

2.2 Plano Colômbia e EUA

Em meados da década de 1980, imersos em faturamentos econômicos vindos do narcotráfico, os grupos que utilizavam do narcotráfico como fonte de renda na Colômbia encontravam-se em expansão com suas atividades ilegais. O cenário se tornava possível principalmente em razão da inatividade do governo e a desigualdade social que assolava o país. Bilhões de dólares afluíram para a Colômbia. Não tardou para que a cocaína se tornasse a principal indústria do país, que se transformou no principal produtor mundial (Visacro, 2009).

Com o fim da Guerra Fria e a reorganização das tensões ideológicas, foi necessário que os grupos militares procurassem formas paralelas de financiamento. Desta forma, o tráfico de drogas se torna um dos principais meios de arrecadação de dinheiro com alta rentabilidade. Partindo da premissa de que novos caminhos necessitavam ser trilhados com o objetivo de lucro, FARC, ELN e AUC começam uma disputa por território e controle das áreas de plantio de cocaína. Estima-se que, no ano de 1997, 67% da receita das FARC foram provenientes do tráfico de entorpecentes, garantindo um orçamento muito superior aos recursos de que dispunham durante a Guerra Fria (Teixeira, 2019).

Em 1998, o então presidente colombiano, Andrés Pastrana, investiu em uma agenda que considerava alguns princípios necessários para a execução do que viria a se tornar o Plano Colômbia: renúncia à violência como opção política e respeito aos direitos humanos; observância dos princípios democráticos do Estado de Direito; preservação da soberania, integridade territorial e unidade nacional e monopólio do uso da força pelo Estado de Direito (Medina, 1999). Contudo, Pastrana se depara com um cenário onde poucas entidades se dispuseram a colocar investimento prévio para ajudar a Colômbia frente à falta de planejamento pré-definido e a pequena credibilidade que o país possuía frente a comunidade internacional (Pagliari, 2009). Logo, (Santos, 2011) o Plano assume caráter bilateral perpendicularmente à

agenda antidrogas estadunidense e o presidente alinha-se a visão norte americana no combate ao narcotráfico, a fim de conseguir auxílio econômico contra os grupos insurgentes que, sem sucesso na formulação de um plano apaziguador, estavam causando o enfraquecimento da imagem do Estado colombiano no fórum internacional. A escassez de financiamentos econômicos para a Colômbia fez com que a garantia de fundos estrangeiros permitisse, em curto prazo, a estabilidade econômica colombiana, além de melhorar a segurança nos centros urbanos, e ser um importante fator de marketing americano para o exercício de poder sobre a América Latina.

O presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan (1980-1988), em meio ao cenário violento do narcotráfico colombiano, decidiu classificar as drogas como um inimigo da agenda nacional, dando início à chamada “Guerra às Drogas”. Esta decisão foi impulsionada pelo aumento do consumo de drogas em seu país e pelas pressões externas para combater o problema. Identificado o inimigo, os EUA começaram a focar em localizar e identificar os países produtores das drogas consumidas em seu território.

Para alcançar seus objetivos, Pastrana conseguiu a aprovação de um investimento de US\$7,5 bilhões e utilizou da sua influência política a promoção de diálogos promotores de acordos de paz com as FARC, a fim de controlar a situação de violência e instabilidade criada pelo grupo insurgente. O cenário no qual Pastrana se encontrava era de caos e insurgência:

[...] (1) a violência generalizara-se, baseada no financiamento de grupos de narcotraficantes e de guerrilheiros pelas drogas; (2) a Colômbia passara a ser o país com os maiores cultivos de coca do mundo; (3) expandira-se a percepção do país como a maior ameaça à segurança regional; (4) consolidara-se a interdependência entre conflito interno, drogas ilícitas, danos ao meio ambiente, migração e direitos humanos; (5) as amplamente difundidas derrotas do exército geravam a percepção popular de que o Governo perdia a guerra; (6) em 1999, a economia entraria na primeira recessão em 25 anos, a pior em 70 anos de registro histórico[...] (Carvajal e Pardo, 2002)

Entretanto, após o atentado terrorista de 11 de setembro de 2001, o terrorismo se torna assunto primo na agenda de segurança norte americana, este fator implica na mudança e reorganização política e estratégica dos EUA. Porém, como é trazido por Pagliari (2009), não se desvinculou o narcotráfico na região sul-americana, assumindo assim o caráter de “narcoterrorismo”, consoante Lammerhirt e Remondeau (2015):

Nesse âmbito, há uma mudança na doutrina das forças armadas no que tange o combate a ameaças não-tradicionais, pois segurança pública e defesa nacional passam a se confundir. O narcotráfico é securitizado e associado ao terrorismo, estreando o termo “narcoterrorismo”, sendo tal conceito exportado a todo hemisfério, convertendo a guerra às drogas em uma ideologia não apenas política, como também militar em toda a região (Lammerhirt; Remondeau, 2015, p. 66).

Em meio a negociações fracassadas e sem resultados positivos em suas ações, o presidente colombiano Andrés Pastrana (1998-2002) passou a se apoiar na legitimidade global associada à “luta contra o terrorismo”. Pastrana procurou inserir a situação da Colômbia na agenda de segurança internacional, com o objetivo de obter apoio externo e reforçar sua posição. Essa estratégia foi adotada especialmente após o período de três anos de tentativas fracassadas para resolver a crise (De Castro, 2009, p. 40).

Ronald Reagan, após transformar o narcotráfico em um problema da agenda de segurança internacional através de um conjunto de medidas que objetivava a distribuição de recursos durante a edição das diretrizes norte-americanas para narcóticos e segurança nacional, destinou 61% de seus recursos administrativos em 1982 à guerra às drogas e 69% no ano de 1989, chegando, em seus oito anos de governo, a uma média de 66% dos recursos na redução de oferta de drogas (Silva, 2015, p. 126). Medidas como: Mobilizar as Forças Armadas estadunidenses para atuar em território estrangeiro e a aplicação de sanções aos países alvo foram sancionadas e em 1989 ocorreu a captura de Manuel Noriega, presidente da Cidade do Panamá, acusando-o de estar envolvido em esquemas de tráfico de drogas. A invasão ao Panamá representa a rigidez dos EUA e sua capacidade de intervenção na legitimidade dos países acusados de fazerem parte do mercado mundial de narcóticos para fazer jus à Guerra às Drogas (Villa, 2007).

Neste período, já era possível encontrar tropas americanas atuando em solo colombiano, tanto a partir de bases na região quanto com treinamento de forças próprias da Colômbia (Thoumi, 2012b). Para Sanín (2004), os Estados Unidos promovem uma “colombianização” das questões de segurança regional, um enfoque que vai distorcer a real projeção das mesmas e que servirá de pretexto para a validação de uma estratégia de militarização das políticas de segurança da região. O tráfico de psicotrópicos ilegais passaria a ser interpretado, pelo governo norte-americano, como alvo primordial de sua segurança internacional e passaria a ser combatido com todas as forças, inclusive militares. (Villa; Ostos, 2005). A estratégia utilizada durante esse período se caracterizava por um foco na derrubada dos líderes dos grupos criminosos, o que levou no final da década à queda do cartel de Medellín, assim como de outros grupos menos conhecidos, mas ainda de tamanho considerável, como o Cartel de Cali (Rosen, 2013).

Após a fragmentação das organizações de mais poder, a produção de drogas no país não acabou. O vazio deixado por Pablo Escobar³ e outras figuras importantes do tráfico internacional de drogas resultou na formação de vários pequenos cartéis. Além disso, a falta de um grande concorrente levou à aproximação de grupos que antes não necessariamente eram ligados ao narcotráfico, como é o caso das FARC, conforme apontado na seção anterior. (Rosen, 2013).

A necessidade drástica de conseguir avanços nas propostas de paz iniciadas pelos governos colombiano e norte americano fez com que houvesse uma mudança radical na forma em que se lidava com os grupos insurgentes. Durante muitas décadas, a abordagem predominante do Estado colombiano e do Departamento de Estado dos Estados Unidos em relação ao conflito interno e ao narcotráfico foi a estratégia de contenção.

De acordo com o pesquisador americano Nasih Richani, essa postura estava alicerçada em uma perspectiva racional adotada por ambas as instituições, que, por um longo período, consideraram as guerrilhas colombianas como uma ameaça insubstancial. Richani cita documentos que revelam que o objetivo prioritário, tanto do governo americano quanto do colombiano, era a contenção, ao invés da erradicação do fenômeno narcotraficante. Neste contexto, os recursos mobilizados, tanto colombianos quanto americanos eram direcionados para limitar o fluxo de drogas, sob a premissa de que empreender esforços significativos para a eliminação total exigiria investimentos desmesurados, os quais poderiam ser mais bem alocados em outras áreas. O modo de enfrentar o narcotráfico durante a época em que ele não estava associado estreitamente ao conflito armado consistia em “controlar” e “limitar” o fluxo de drogas para o seu território (Valencia, 2005)

A mudança de estratégia ficou patenteada, segundo Valencia (2005), com a aprovação do “Plano Colômbia”, com o qual os Estados Unidos substituíram o objetivo da “contenção” pela “eliminação”, e para isso os recursos financeiros destinados à Colômbia foram progressivamente se tornando mais comuns e maiores.

O apelo da mídia americana, mesmo que muitas vezes sensacionalista, sobre a realidade colombiana, foi eficaz junto ao alto escalão da política americana e o Plano Colômbia foi posto em prática, mesmo que nunca tenha sido votado pelo congresso americano (Beittel, 2012, p.

³ Pablo Escobar Gaviria (1951-1993), o mais conhecido dos chefes colombianos do narcotráfico e chefe do chamado Cartel de Medellín. Apelidado de "o rei da cocaína", Escobar foi o criminoso mais rico da história, tendo acumulado um patrimônio líquido estimado em 30 bilhões de dólares no momento de sua morte, enquanto seu cartel de drogas monopolizou o comércio de cocaína nos Estados Unidos na década de 1980 e início dos anos 1990 (Mancias, 2015)

32). As únicas votações ocorreram na aprovação dos anos fiscais pelo Senado, para garantir o tamanho da ajuda financeira a ser destinada para a Colômbia (Serafino, 2001, p. 06).

Embora Pastrana tenha optado por uma estratégia interna que buscou o diálogo e um posicionamento relativamente menos agressivo em relação às FARC, priorizando uma abordagem que colocava em perigo a segurança humana, é axiomático que a militarização acabou prevalecendo nas diretrizes da política externa que ele desenvolveu durante sua gestão. Logo, ao se alinhar com os interesses estratégicos dos Estados Unidos, Pastrana não apenas moldou a dinâmica das relações entre os dois países, mas também levantou questionamentos significativos no âmbito doméstico. A parceria com Washington, que se manifestou em diversas iniciativas de cooperação militar, resultou em aumento da presença militar no país e, conseqüentemente, em uma progressão da violência já existente no território.

Essa abordagem, embora tenha sido justificada pela suposta necessidade de combater a insurgência e restabelecer a ordem, levantou preocupações acerca da efetividade das políticas de paz e da proteção dos direitos humanos, evidenciando um paradoxo que marcou a sua administração: enquanto buscava uma solução pacífica para o conflito interno, as medidas adotadas sob o respaldo da militarização instigam uma nova onda de tensões sociais e distúrbios que dificultou o avanço em direção conciliatória.

2.3 O que é o Plano Colômbia

O Plano Colômbia consistiu em uma série de iniciativas partindo do governo colombiano para primordialmente erradicar as plantações de coca na selva colombiana por meio do desenvolvimento social e econômico das regiões afetadas pelo tráfico de drogas (Bragança; Guedes, 2018). O Plano também previa a promoção da educação e a profissionalização de trabalhadores do campo, a fim de acabar com o desemprego, principal motivo para o envolvimento de trabalhadores rurais com cartéis e produção de drogas. O combate militarizado às guerrilhas e aos cartéis envolvidos na produção e na exportação das drogas também se fazia presente de forma importante na manutenção de paz na Colômbia, posteriormente tornando-se uma de suas únicas facetas implementadas de forma consistente e ampla (Franz, 2016).

O plano possuía propostas para além da erradicação dos grupos narcoguerrilheiros e compreendia diversos âmbitos, como o social e a proliferação de paz na Colômbia. Em outubro de 2001, Francis Taylor, o responsável pelas ações antiterroristas do Departamento de Estado norte-americano, tipifica as FARC como “o grupo terrorista mais perigoso presente neste

hemisfério”. Carpenter (2003) afirma que essa visão era compartilhada por muitos membros da Administração Bush I (1989-1993) e critica tanto os defensores quanto os opositores da agenda de combate ao narcotráfico e ajuda financeira à Colômbia já que, embora haja diferenciação entre as abordagens de contraterrorismo e contrainsurgência, esta apresenta ambiguidade conceitual. A complexidade decorre da sobreposição de estratégias e táticas utilizadas na luta contra ameaças à segurança nacional, que frequentemente se manifesta numa mescla de operações militares e iniciativas de desenvolvimento social. Assim, o debate acerca da eficácia e da legitimidade das intervenções estadunidenses na Colômbia exige uma análise crítica e teórica, levando em consideração não apenas os objetivos estratégicos, mas também as implicações socioeconômicas e políticas dessas ações.

Todavia, é percebida a aglutinação de agendas da Guerra ao Terror e do Plano Colômbia, utilizando conceitos como narcoterrorismo para haver uma maior adesão e aumento das ações militares dentro do plano. A partir dessa perspectiva, as forças insurgentes colombianas passaram a ser consideradas pelas autoridades estadunidenses uma das maiores ameaças à paz e à segurança do Hemisfério Ocidental (Timmers, 2021). A significativa consolidação da aproximação militar entre EUA e Colômbia resultou na criação do Plano Patriota, criado em 2002, executado pelas Forças Colombianas, em continuidade às políticas do Plano Colômbia, e com suporte de materiais, pessoal e treinamento disponibilizado pelo governo americano, responsável por ter enviado cerca de 17.000 soldados para enfraquecer as FARC (Regilme, 2018). E, por conseguinte, na entrada do país andino para a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em 2018.

Tal ação estadunidense pressionou a ampla adesão da guerra às drogas e confirma o *status quo* do cenário internacional vigente à época da manutenção do status internacional do narcotráfico pelo governo norte-americano nos anos 2000. A execução do Plano Colômbia confirma esta hipótese, quando entra em vigência como uma estratégia emergencial com ações que ultrapassam a legitimidade de um Estado e descaracterizam sua soberania – com a aprovação de um orçamento especial para invasão militar.

O Exército Colombiano passou por um processo de reestruturação sob a orientação americana com o intuito de enfrentar os desafios impostos por grupos guerrilheiros caracterizados por sua alta eficácia, alto financiamento e grande dispersão geográfica. Esta reformulação visou modernizar as estratégias e táticas das Forças Armadas e adaptou-se às dinâmicas assimétricas da guerra. As Forças Colombianas precisavam ser mais rápidas, mais

móveis, equipadas com melhor inteligência, mais capazes de lutar em terrenos difíceis, como altas montanhas e rios, e capazes de lutar em todos os momentos, inclusive durante a noite.

Em perspectiva, o forte investimento militar do Plano Colômbia funcionou como uma importante estratégia para o enfraquecimento das FARC. A progressão da paramilitarização na Colômbia representa, talvez, o ápice da estratégia dos governos dos Estados Unidos e da Colômbia para lidar com a guerra não convencional. O Plano Colômbia, ao estruturar uma abordagem integrada para o combate ao narcotráfico e à violência, estabelece um campo de jogo simétrico entre o Estado colombiano e os grupos insurgentes, onde guerrilheiros de esquerda enfrentam guerrilheiros de direita vinculados às forças governamentais. Essa dinâmica complexa reflete as dificuldades de se alcançar uma solução definitiva para o conflito armado no país.

2.3.1 A virada para o militarismo

Andrés Pastrana, ao longo de sua campanha eleitoral, fundamentou sua proposta na necessidade de criação de um acordo de paz com as FARC, buscando uma solução negociada para o prolongado conflito interno que afligia o país. Com ênfase na prioridade pela paz, Pastrana demonstrou desde o início de sua trajetória política o compromisso em promover um diálogo efetivo com o grupo. Antes mesmo de assumir a presidência, deu um passo significativo ao estabelecer contato com Manuel Marulanda, na época líder das FARC, com o objetivo de delinear os pontos iniciais que seriam cruciais para o início das negociações com a guerrilha (Sierra, 2015).

[...]O mandatário, filho do ex-presidente Misael, havia aceitado o requerimento da organização insurgente de desmilitarizar 42 mil quilômetros quadrados ao sul do país. Procurava-se estabelecer uma zona de distensão, onde se pudesse discutir uma agenda comum que propiciasse o caminho para transformações políticas, sociais e econômicas em benefício das maiorias colombianas e do desenvolvimento integral da nação (Ospina, 2010, p. 251).

El Caguán, como eram chamadas as zonas de distensão, foram concedidas a pedidos da FARC em 1998 e por ter sido um pedido diretamente feito pelas FARC, ao cumprir o pedido, Pastrana sofreu grande repressão por parte da população e foi amplamente criticado pela opinião pública, uma vez que as FARC usaram o território para se desenvolverem militarmente e o grupo usou o narcoestado (Rodriguez, 2009) como ponto inicial para aumentar o número de ataques violentos no território.

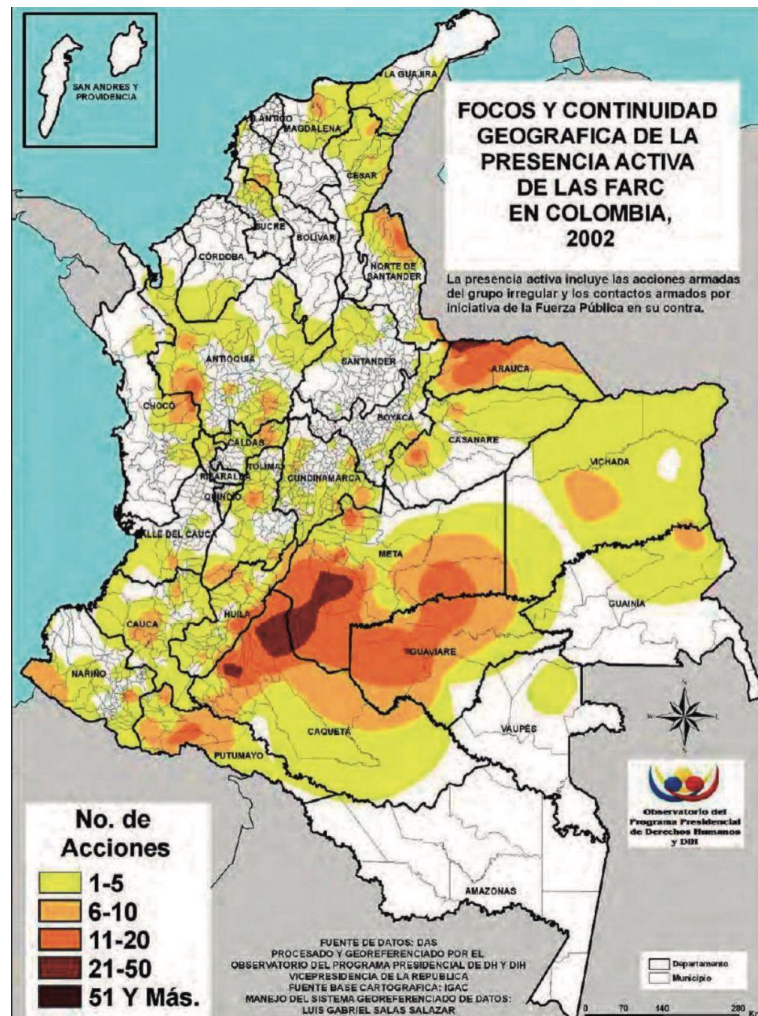
Diversas medidas tomadas durante o governo Pastrana deixaram seu nível de impopularidade em níveis altos dentro do país. Além do fracasso em tentar dialogar e resolver a situação com as FARC no território, a guerrilha ampliou-se majoritariamente durante o período em que sua presidência estava vigente, chegando em seu apogeu no ano de 2002 como visto na Figura 4.

Com a necessidade de uma adequação programática devida à falta de sucesso em realizar um acordo de paz eficaz e ao aumento do aparato militar estatal em relação a Guerra às Drogas, Álvaro Uribe utilizou o quadro do governo Pastrana, seu antecessor, para conseguir a retomada do enfrentamento armado, de forma que, a busca por apoio internacional não estava mais relacionada com a paz, mas sim, com a guerra. (Guáqueta, 2005, p. 50).

O Plano Colômbia, visado pelo governo colombiano, não estava combatendo o narcotráfico estritamente de forma armada e sim de maneira a controlar e limitar a entrada e saída de drogas do seu país. A conjunção de fatores internos dos EUA como os interesses econômicos e geopolíticos dos grupos de pressão norte-americanos e a composição partidária e ideológica do Congresso dos EUA naquele momento, levou o governo norte americano a formular um pacote de ajuda, prioritariamente militar, baseado na sua histórica visão sobre o problema do narcotráfico. (Rivillas, 2002 *apud* Santos, 2011, p. 54).

O desvio dos objetivos durante a execução do Plano Colômbia, mostra que o governo americano muda sua estratégia de conter o narcotráfico e começa a buscar por sua eliminação, securitizado e regionalizando o problema. Por razões intrínsecas à estratégia de securitização e à geoestratégia dos EUA, o pacote de auxílio para a luta antidrogas na Colômbia adquiriu uma dimensão transnacional (incluindo, além do setor empresarial, os meios de comunicação, e organizações não-governamentais) e regional, com impactos para outros países, como Venezuela e Equador. (Santos, 2011, p. 55).

Figura 4 – Presença das FARC em território colombiano em 2002



Fonte: INFORME DEL CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA, 2014, p. 213

Diante a exposição desta seção, é visto que a internacionalização da guerra às drogas através da invasão militar americana transformou o projeto de paz antidrogas em um projeto militar sendo beneficiado pela fragilidade da estrutura social-econômica colombiana e ignorou questões importantes, consoante (Wolf 2002, p. 16 *apud* Santos, 2006):

[...] Quando entraram os norte-americanos em cena em 1999, a primeira coisa que fizeram foi descartar as FARC das discussões sobre o emprego dos recursos econômicos do Plano Colômbia. Segundo, armaram um pacote de ajuda ao exército e tomaram o controle da guerra no sul. Desaparecia então todo o conteúdo de paz que tinha a versão inicial do plano, transformando-se em um plano.

Nesse sentido, os valores destinados ao combate ao conflito colombiano foram direcionados precipuamente à ajuda militar, enquanto os programas sociais receberam uma parcela inferior. (Pagliari, 2009, p. 172). Referente a contribuição americana para o Plano, o Exército recebeu a maior quantidade, US\$ 750 milhões, enquanto US\$ 410 milhões foram direcionados a medidas de segurança, explicitando que os objetivos americanos de ajuda à

Colômbia mudaram de enfoque. A maior parcela de investimento foi para treinamento e expansão da estrutura militar, serviços de inteligência e armamentos bélicos. Enquanto isso, as quantias alocadas ao desenvolvimento alternativo e promoção da democracia representam pouco mais de U\$S 880 milhões. (Pagliari, 2009, p. 173).

2.3.2 A significância do Plano Colômbia na prática

Inicialmente, não se sabia se os recursos doados para a execução do Plano Colômbia se destinavam para o combate aos narcotraficantes, ou se ações contraguerrilhas também eram objetivos visados pelo governo (Rodrigues, 2012). Na primeira gestão de Uribe Veléz, o relatório trazido sobre o Plano possuía quatro pilares centrais como objetivos principais: lutar contra o problema mundial da droga e do crime organizado; revitalização econômica e social; fortalecimento das instituições democráticas; e desarmamento dos grupos insurgentes (National Planning Department; Department of Justice and Security, 2006).

Judith Gentleman (2001) argumenta sobre a diferença entre os níveis conceitual e prático do Plano Colômbia, na teoria e idealização do Plano as condições socioeconômicas do país são priorizadas, a fim de diminuir o nível de desigualdade social que influenciava diretamente na gravidade da atuação das FARC e grupos paramilitares no território. Porém, na aplicação, o âmbito militar se tornou a parte mais desenvolvida e tinha como objetivo acabar com o narcotráfico colombiano e grupos insurgentes que desequilibram a paz no país. Em 2000, as FARC atingiram sua maior capacidade militar, com cerca de 20.000 homens (Visacro, 2009). Em 2001, forças colombianas treinadas por americanos conseguiram destruir 1,4 mil laboratórios de produção de cocaína, um movimento crescente das forças insurgentes e contra insurgentes, priorizando a mudança de estratégias adotadas ao longo do período entre 1999 e 2005.

A Tabela a seguir, ilustra de forma clara como essa alocação de recursos foi realizada. Essa mudança implica não apenas no descaso com as políticas públicas, mas também na busca por hegemonia e controle buscada pelos EUA em países latino-americanos.

Tabela 1 – Alocação dos recursos do Plano Colômbia entre 1999 e 2005 (em milhões de dólares)

Componente	Nação		EUA		Total	
Fortalecimento de instituições democráticas	2.837	22,2%	465	4,3%	2.852	26,6%
Luta contra drogas ilegais e crime organizado	3.378	31,5%	2.787	26%	6.165	57,5%
Revitalização econômica e social	1.185	11%	530	4,5%	1.715	16%
Total	6.950	64,8%	3.782	35,2%	10.732	100%

FONTE: Lange, 2016

A distribuição econômica dentro do Plano Colômbia, como visto acima, para além de sua missão primária de combater o narcotráfico, desempenhou um papel crucial no fortalecimento das Forças Armadas e da Polícia Nacional do país. Através do desenvolvimento e da modernização dos armamentos, assim como da capacidade de mobilização e da renovação da inteligência militar, o Plano permitiu uma abordagem decisiva e proativa em relação aos grupos armados comunistas, com destaque para as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).

Como vimos anteriormente, o Plano Colômbia resultou em muitas críticas nos EUA, na Colômbia:

(1) enfoque militar exagerado; (2) forte peso da visão dos EUA; (3) falta de concertação entre os atores chaves da sociedade colombiana; (4) ausência de dimensão social; (5) falta de perspectiva regional e possibilidade de expandir a crise para os vizinhos do conflito; (6) assistência militar que poderia acirrar a guerra, produzir maior deslocamento forçado de populações e urbanizar o conflito, uma vez que a guerrilha buscava as cidades para compensar a inferioridade no campo; (7) vinte anos de fumigação não eliminaram os cultivos, mas, sim, os deslocaram para zonas ecologicamente mais frágeis; (8) o não funcionamento do Plano poderia ser pretexto para intervenção internacional; (9) perda de confiança das FARC no processo negociador da paz; (10) a concentração de esforços na Colômbia suscitou apreensão quanto aos programas antidrogas nos vizinhos; (11) ONGs criticaram vinculação das FFAA à luta antidrogas. (De Castro, 2009, p. 54)

Rochlin (2011), mostra que a maioria das empresas e cooperativas eram privadas e investiram mais em equipamento militar do que em questões estruturais como educação e saúde na Colômbia. A partir de 2002, durante a Guerra ao Terror, juntam-se cada vez mais empresas para financiar a invasão e instalação dos EUA. A Lockheed Martin⁴ forneceu sistemas de radar associados ao Plano Colômbia e a Sikorsky Aircraft. Outros envolvidos no plano, em 2003,

⁴ Com sede em Bethesda, Maryland, Lockheed Martin é uma empresa global de segurança e aeroespacial que emprega aproximadamente 100.000 pessoas em todo o mundo e está envolvida principalmente na pesquisa, design, desenvolvimento, fabricação, integração e sustentação de sistemas, produtos e serviços de tecnologia avançada.

incluíam a Arinc, que forneceu treinamento, equipamento e inteligência associados à abolição das plantações de coca; TRW, possibilitou sistemas de radar; Matcom, prestou serviços de coordenação logística para militares dos EUA e da Colômbia; Air Park Sales, oferecia equipamentos para combate fluvial; Integrated Aero Systems, forneceu aeronaves e dispositivos de comunicação. (Rochlin, 2011, p. 727).

Como resultado, o Plano resultou definitivamente em um estreitamento entre as relações do governo americano e colombiano. Com a política do governo Uribe houve o crescimento das áreas de fumigação, o aumento das apreensões de drogas, da destruição de laboratórios e a intensificação da extradição de colombianos para os EUA (Tickner e Cepeda, 2011). A ação durante o Plano Colômbia do governo norte americano, faz notável a pressão ampla para com o cenário internacional a aceitação da guerra às drogas e confirma a gestão da continuidade da securitização do narcotráfico pelos EUA a partir dos anos 2000.

3. Escola de Copenhague e a teoria de Securitização

O princípio dos Estudos de Segurança Internacional está intrinsecamente atrelado ao paradigma realista das Relações Internacionais, que se destacou por sua capacidade explicativa durante o período de guerras e início da Segunda Guerra Mundial. Esta corrente teórica forneceu uma base sólida para a compreensão das condutas de poder e dos conflitos interestatais que marcaram a época. Apesar disso, ao longo das décadas, o escopo dos Estudos de Segurança Internacional passou por significativas transformações, paulatinamente se distanciando das raízes tradicionalistas e predominantemente enraizadas nas abordagens (neo)realista e (neo)liberal (Motta, 2018). Esse processo de aprimoramento demandou a emergência de novas ontologias, e metodologias, a fim de buscar a ampliação da gênese nas análises de segurança e incorporar questões contemporâneas, como segurança humana, identidade e descentralização estatal. Assim, os estudos de segurança se tornaram um campo multidimensional capaz de refletir a complexidade das relações internacionais (Lange, 2017).

Nas décadas de 80 e 90, com o objetivo de apresentar visões alternativas às teorias tradicionalistas, as abordagens pós-positivistas surgem, fugindo do *mainstream* e se baseando em críticas fundamentadas às teorias (neo)realistas e (neo)liberais. Necessitando que houvesse uma ampliação do arcabouço teórico para além do estadocentrismo, ou seja, descentralizando a figura do Estado das análises e enxergar o surgimento de novos atores emergentes para a análise das interações interestatais no cenário pós-guerra. Além disso, observa-se uma crítica

metodológica em relação às ciências sociais, caracterizada pela adoção de uma estrutura positivista e estrutural, na qual a análise busca identificar regularidades vindas de uma estrutura que transcende os próprios Estados. Os pós-positivistas afirmam que esta análise é falha na medida em que desconsideram a história, ao mesmo tempo em que marginalizam as particularidades de cada sociedade e de cada momento histórico (Buzan; Hansen, 2012).

O objetivo deste capítulo é utilizar os conceitos teóricos advindos da Escola de Copenhague (EC), que tem fontes de arcabouço notoriamente construtivista, apresentando fontes contribuintes que influenciaram na sua constituição e contribuições para a área. O tema da securitização, desenvolvido pelos autores, servirá de base para entendermos o conflito colombiano sob uma ótica que expande o papel do Estado e confere maior visibilidade aos novos atores e vertentes criados em um cenário pós bipolarizado e marcado pela diferença hegemônica entre países que apenas buscam aliados econômicos e ideológicos.

Para além do conceito de securitização, também vamos desenvolver o conceito de *Overlay*, tratado pela Teoria dos Complexos de Segurança Regionais elaborada por Buzan e Waever, quando “*A presença direta de poderes externos em uma região é forte o suficiente para suprimir a normal operação das dinâmicas de segurança entre os estados locais.*” (Buzan, 2003 p. 198, tradução nossa)⁵. Tem-se como consequência a sobreposição de interesses e estratégias externas na segurança de determinado Estado ou região, influenciando, nesse sentido, a securitização de determinados objetos de referência. (Marcadante, 2018, p. 3).

3.1 O que é securitização

Desde o término da Guerra Fria, o panorama teórico da Segurança Internacional passou a ser alvo de diversas críticas teóricas substanciais, uma vez que as teorias tradicionais, como o realismo e o liberalismo, assim como suas reformulações no debate neo-neo, mostraram-se inadequadas ao se depararem com novos questionamentos derivados do colapso da configuração bipolar. A necessidade de uma abordagem inovadora tornou-se evidente para abordar as novas demandas levantadas pelo surgimento do novo cenário em que os Estados se encontravam diante a novas ameaças e novos atores emergindo no cenário internacional. (Buzan; Hansen, 2012)

⁵ No original: “[...]Direct presence of outside powers in a region is strong enough to suppress the normal operation of security dynamics among the local states”

A partir desse debate, partindo da necessidade de uma abertura e diversificação da agenda de segurança, o campo construtivista das RI surge com três diferentes vertentes que estudam e analisam a segurança internacional para além da força bélica, descritas por Barry Buzan *et all.* (1998) possuindo foco no âmbito militar; crítica, questiona e amplifica o conceito de segurança; e a vertente abrangente, que diversifica os temas incluídos na agenda de segurança dos Estados. A Escola de Copenhague sustenta que as ameaças à segurança se originam, além da esfera militar, também as esferas política, ambiental, social e econômica (Tanno, 2003, p. 50).

No escopo das Relações Internacionais as teorias consideradas “amplificadoras” e “aprofundadoras”⁶ nos Estudos de Segurança Internacional surgem dentro de debates e análises após a guerra fria, como é o caso da Escola de Copenhague. Ole Waever e Barry Buzan integram a Escola e analisam o Meio Internacional de forma mediária entre os discursos de “segurança individual” ou “global”, dos Estudos Críticos de Segurança e Pesquisa da Paz, e o estadocentrismo tradicional presente nos Estudos Estratégicos (Mercadante, 2018, p. 03). Os autores, além de se organizarem em abordagens intermésticas⁷, criam o conceito de “securitização”. Ou seja, segundo eles a definição de segurança está atrelada a processos intersubjetivos que resultam em um discurso bem desenvolvido sobre o estado de algum desafio enfrentado pela sociedade, indivíduos ou por uma nação. Em suma, a Escola de Copenhague sustenta que as ameaças à segurança se originam, além da esfera militar, também as esferas política, ambiental, social e econômica (Tanno, 2003, p. 50).

A Colômbia frequentemente enfrenta crises internas e este fato, concomitantemente ao histórico violento marcado por guerras, atores problemáticos na política e sociedade do país, o torna passivo à degradação da manutenção estatal, a falta de sucesso em acordos de paz com os grupos insurgentes que controlavam grande parte do território também contribui para a falta de controle da situação colombiana. (Visacro, 2009)

Questões de segurança são construídas pelas práticas sociais e o processo de construção dessas questões é realizado por meio de discursos proferidos pelos atores mais interessados em estabelecer as agendas de segurança (Tanno, 2003). A securitização seria um meio através do discurso capaz de dominar e sensibilizar questões que antes poderiam não ser vistas como uma

⁶ Construtivismo, que se divide em convencional e crítico; Segurança Humana; Pós-colonialismo; Estudos Críticos de Segurança; Pós-estruturalismo; e, Feminismo são exemplos de outras abordagens (Buzan, Hansen, 2012).

⁷ O conceito de “interméstico” refere-se à intersecção entre os âmbitos doméstico e internacional, onde ambos se influenciam reciprocamente. O narcotráfico é um tema de caráter interméstico. Ver Pieri e Senhoras (2010)

ameaça legítima a terceiros e que, conseqüentemente, após o processo de securitização ratificam medidas de ação.

Como parte das inovações das análises multissetoriais dos estudos da EC, novas unidades de segurança surgem como forma de auxiliar no processo de securitização. São três tipos de unidades distintas (i) *objetos referentes*: aquilo que é inferido como desígnio de uma ameaça existente e tem um direito legítimo à sua sobrevivência; (ii) *atores securitizadores*: quem securitiza assuntos através de um discurso subjetivo sobre algo – objeto referente- que inicialmente está ameaçado; (iii) *atores funcionais*: atores que afetam a dinâmica de um setor. Não é o objeto referente nem o ator securitizador, mas pode influenciar significativamente decisões do campo de segurança. Uma empresa altamente poluente, por exemplo, pode ser um ator central no setor ambiental – e não é o objeto referente nem está tentando securitizar assuntos ambientais (Buzan *et al.*, 1998)

No que tange a teoria, a relevância da linguagem como elemento central na formação e compreensão da realidade, especialmente em relação aos processos de securitização e dessecuritização dos temas utilizados como objeto pelos *atores securitizadores* à materialidade da ameaça pode ser percebida como secundária em comparação a utilização do discurso sobre o tema, que desempenha um papel importante na formação das percepções e atitudes de uma audiência específica. Assim, a forma como uma questão é apresentada e discutida pode moldar significativamente sua interpretação e, conseqüentemente, sua inserção no debate público, ressaltando a primazia da articulação retórica na dinâmica de segurança social e política. (Williams, 2003)

Segurança é, portanto, uma prática autorreferida, uma vez que é em determinado contexto em que esta se torna uma questão de segurança – não necessariamente porque haja uma ameaça existencial real, mas porque é apresentada como ameaça (Buzan *et al.*, 1998)⁸. O mero ato de tratar algo no aspecto da segurança já declararia uma situação de emergência e isto seria suficiente para dar o gatilho inicial ao processo de securitização – pouco importando, a princípio, se a ameaça apontada seria real ou não – ou seja, a linguagem seria algo autorreferente (Buzan *et al.*, 1998).

⁸ Neste viés, é necessário destacar a diferenciação de conceito entre ameaça e risco, feita por Keohane (2002) Quando os líderes de um Estado percebem a possibilidade de um ataque ou uma ameaça militar por parte de outro Estado por motivos políticos, configuram-se situações de ameaça. Estas ameaças surgem quando atores possuem a capacidade de comprometer a segurança de outros, sendo percebidos como intencionais em fazê-lo. Em contraste, na ausência de ameaças, onde os Estados não manifestam intenção ou capacidade de causar danos, ainda assim podem enfrentar riscos à sua segurança. Ver mais em: Power and Governance in a Partially Globalized World (2002).

Visto isso, a securitização pode ser vista como um processo socialmente construído, cuja legitimação se fundamenta na aceitação - por parte da audiência - de performances de convencimento. O argumento é reforçado quando Buzan *et al.* (1998), Tanno (2003) afirma que o mero empenho dos agentes envolvidos é importante para que a questão em pauta seja amplamente reconhecida pela sociedade como uma ameaça à segurança coletiva. Este processo envolve o entendimento dos limites socialmente estabelecidos que circunscrevem o que pode ser legitimamente considerado uma questão de segurança. Assim, a construção de um discurso coerente e aceito por diversas esferas da sociedade é fundamental para a validade e eficácia das iniciativas propostas.

O sucesso de uma iniciativa de securitização não depende, todavia, apenas do esforço dos agentes: é preciso que a questão apresentada seja reconhecida socialmente como uma ameaça à segurança. Para tanto, é indispensável que existam significados intersubjetivamente partilhados entre os responsáveis pela formulação e implementação da sua agenda. Pressupõe-se que há limites socialmente definidos para o que pode ou não ser considerada questão de segurança (Tanno, 2003, p. 58)

Em contrapartida, é importante avaliar que, em virtude da intersubjetividade dos processos discursivos que permeiam o processo de securitização, a prática da dessecuritização torna-se igualmente possível, configurando um ideal que deve ser alcançado. Uma vez que a securitização leva as questões para o âmbito da "política do pânico", a segurança não possui valor inerentemente positivo, como veem os tradicionalistas. Muito pelo contrário; segundo Buzan *et al.* (1998), não só a securitização deve ser evitada na maioria dos casos, como também se deve visar a "dessecuritização" dos temas e a sua discussão no âmbito da política normal. Essa posição consiste, assim, na parte normativa da teoria desenvolvida pela Escola de Copenhague (Duque, 2009, p. 480).

3.1.2 Dessecuritização

Como visto na seção anterior, a EC além de expandir e destrinchar o conceito de securitização, os autores da vertente nos apresentam o caminho inverso do processo. O processo de *dessecuritizar* consiste na retirada de uma questão do modo emergencial e sua consequente transferência para o âmbito normal de barganha da esfera política (Motta, 2014, p. 29). A dessecuritização constitui-se no caminho pelo qual um objeto perde o status de ameaça, transferindo-se assim da esfera de segurança para a esfera política. (Buzan *et all* 1998; Duque, 2009).

É importante frisar que para um processo de securitização acontecer, é necessário a aceitação de outros atores; o ator securitizador, através do discurso, deve ser capaz de influenciar o público a aceitação de alguma questão como uma ameaça à segurança, tornando-a prioridade acima de outras necessidades. “Se, por meio de um argumento sobre a prioridade e urgência de uma ameaça existencial, o ator que está securitizando conseguiu se desvincular de procedimentos ou regras que, de outra forma, estaria obrigado a seguir, estamos testemunhando um caso de securitização.” (Buzan *et al.*, 1998, p. 25, tradução nossa)⁹. Em contraste com a securitização, o ato de dessecuritizar não acontece necessariamente de forma linear.

Na perspectiva da dessecuritização, a análise do contexto geral do cenário é importante para o fenômeno ocorrer, isso acontece porque é socialmente mais desafiador que um problema deixe de ser considerado uma ameaça e neste processo há a necessidade da aceitação do público geral para que a questão passe a ser discutida no espectro da política convencional. Waever (1995) em seus escritos, passa a defender que nem sempre a securitização é o caminho mais viável para um assunto, a dessecuritização revela ser uma abordagem favorável não apenas sob a ótica da eficácia, outrossim, devido à sua função na manutenção da paz democrática.

Ao oferecer alternativas de resolução de conflitos que evitam a escalada por meio da violência, essa estratégia promove um ambiente propício ao diálogo e à cooperação e Buzan et al. (1998) reforçam seu pensamento afirmando que a segurança não deve ser considerada como algo sempre positivo, e oferece o exemplo da crítica liberal à securitização, uma vez que esta em excesso é destrutiva para o funcionamento do mercado. É melhor, como argumenta Waever, ter como objetivo a dessecuritização: o deslocamento das questões do modo de emergência para os processos normais de negociação da esfera política. (Buzan et al., 1998, p.4, tradução nossa)¹⁰. É desta maneira que políticas são acometidas por processos de securitização e dessecuritização, mostrando a razão de temas serem redirecionados da esfera política para a esfera de Segurança em alguns contextos sociopolíticos.

Trazendo o tema, estritamente, para o caso da Colômbia, quando voltamos para a esfera política do assunto, vemos o significado do conflito perdendo sua dimensão militar e voltando para o cerne politizado e democrático, tornando-se parcialmente pacífico (Henriques, 2015). Quando um tema é securitizado, isto é, deslocado do âmbito político e colocado na perspectiva

⁹ No original: “If by means of an argument about the priority and urgency of an existential threat the securitizing actor has managed to break free of procedures or rules he or she would otherwise be bound by, we are witnessing a case of securitization”

¹⁰ No original: [...] the shifting of issues out of emergency mode and into the normal bargaining processes of the political sphere.

da urgência, há um risco significativo de que a solução para o problema seja abordada exclusivamente pela via militar. Esta abordagem não apenas reduz a complexidade das questões sociais envolvidas, mas também tende a encorajar o uso da violência como resposta a conflitos, desconsiderando alternativas pacíficas e diplomáticas que poderiam proporcionar resoluções mais sustentáveis.

3.2 A securitização das FARC

Durante as tentativas falhas dos acordos propostos por Andrés Pastrana, e a implementação das áreas neutras chamadas “zonas de despejo”, que se mostrou uma estratégia improdutiva no combate às FARC, a política de Pastrana ficou conhecida como “de mão dupla” e o governo terminou por “conceder uma zona desmilitarizada equivalente a 40% do território nacional” (Villa; Ostos, 2005, p. 07). Como visto antes, a situação do narcotráfico desenfreado resultou no aumento considerável do uso de drogas dentro dos Estados Unidos e a Guerra ao Terror e logo após foram consideradas um “risco” para os EUA e resultaram na instalação do governo americano dentro do país. Portanto, a Escola de Copenhague contribui na presente análise à medida em que, no âmbito militar, o Estado passa a ver atores não-estatais como possíveis ameaças à sua legitimidade quando expande a visão do conceito de segurança.

Se o governo Pastrana estava determinado a formular diversos acordos de paz para erradicar o conflito com as FARC, qual o motivo pelo qual nenhum destes acordos conseguiu ser eficaz? Nesta pesquisa, vamos utilizar o conceito de *Spoiler* para analisar como este ator não convencional contraproduz a concretização dos acordos de paz entre o governo e as FARC durante o período de governo de Andrés Pastrana.

Spoilers, segundo Newman e Richmond (2006) são caracterizados como grupos e táticas que buscam ativamente dificultar, atrasar ou minar a resolução de conflitos por meio de uma variedade de meios e motivos. No conflito colombiano é possível analisar a ação de spoiler durante o governo Pastrana na medida em que grupos criminosos relevantes (como por exemplos traficantes de drogas ou grupos criminosos paramilitares) podem contrariar ativamente e afligir um acordo bem-sucedido, pois isso permitiria um desdobramento mais eficaz das forças armadas e de segurança para combatê-los.

Podendo operar de forma interna ou externa, spoilers podem usar diversas táticas para sabotar tentativas de paz incluindo formas não-violentas, estudiosos notaram que as atividades de spoilers podem ocorrer de forma direta e indireta. (Pearlman, 2009). Ações diretas de spoilers

constituem sabotagens intencionais às tentativas de paz. As ações indiretas referem-se à violência que podem ser direcionadas a objetivos aparentemente não políticos e, ainda assim, ter consequências políticas reais como um subproduto (Steenkamp, 2009). Phillips (2015) argumenta que as rivalidades ‘intercampo’ (quando os oponentes defendem objetivos políticos substancialmente diferentes) têm um impacto maior na longevidade do conflito do que as rivalidades ‘intracampo’ (quando os oponentes possuem a mesma ideologia).

Em resposta a um ataque realizado por grupos paramilitares, após a reunião que serviria para atender aos pedidos feitos pelo grupo, os diálogos foram interrompidos pelas FARC (Vaičius; Isacson, 2000, p. 8). O fato levou o retorno do grupo guerrilheiro às suas atividades criminosas e a tomada de controle das zonas desmilitarizadas. Portanto, é perceptível que durante o ocorrido há uma grande falha no processo de dessecuritização enquanto tentativa de estabelecer um acordo de paz entre o governo e as FARC.

Além de não haver a despolitização das FARC e a não aceitação por parte do público em relação a concessão de terras e diálogo com o grupo, o governo encontrava-se isolado politicamente e desprovido de uma estratégia que pudesse prever a ação de spoilers. Outro motivo pela falta de sucesso pode ser observado na persistência de ofensiva das FARC e o endurecimento em relação às políticas propostas pelo governo colombiano.

Desde a legitimação do discurso do ex-presidente estadunidense Richard Nixon sobre determinados países, em particular, países do Sul Global, como a Colômbia, passam a ser entendidos como consumidores ou produtores das drogas, o cenário internacional político, após a disseminação deste discurso, ganha peso à medida que os países consumidores são postos como vítimas havendo uma necessidade maior de um combate. No caso da Colômbia, Nixon, em um movimento inicial, utilizando o amplo e firme discurso do perigo das drogas dentro do território, securitiza o narcotráfico e o recrimina como uma ameaça nacional estadunidense. Em 1986, no governo de Ronald Reagan, onde houve a promoção política de ideias conservadoras com valores puritanos, durante a incorporação da Doutrina de Segurança Nacional em uma “National Security Decision Directive 221” (NSDD-221), intitulada “Narcotics and National Security” (Marcadante, 2018) infere a culpa diretamente aos grupos insurgentes pelo desenfreado aumento da produção e tráfico de drogas e afirma que:

Alguns grupos insurgentes financiam suas atividades através da taxação de atividades de drogas, oferecendo proteção a traficantes locais ou cultivando suas próprias plantações de drogas. O acesso ao dinheiro proveniente dos narcóticos pode ter um grande impacto na capacidade das forças insurgentes. (United States, 1986, p. 2).

A associação das guerrilhas ao narcotráfico foi implementada inicialmente no governo Reagan, transformando a questão das drogas em um problema continental, não apenas estatal. Durante o período da Guerra Fria, a estratégia sólida com uma construção institucional discursiva e ideológica dos Estados Unidos para a criação de "novos inimigos" foi fundamental para que, além de fortemente associadas ao narcotráfico, as guerrilhas fossem diretamente reconhecidas como propagadoras do comunismo. Essa ameaça foi amplamente utilizada na forma propagandista, para que se criasse na população um clima de apoio a um envolvimento mais efetivo e mais direto por parte do governo norte-americano no combate ao narcotráfico (Rodrigues, 2012; Santos, 2007).

Paralelamente, no setor econômico, há o surgimento de uma nova economia de guerra gerada pela guerrilha e representou uma ameaça significativa à segurança do Estado. Uma vez que a guerrilha tem recorrido a atividades ilícitas, como o tráfico de drogas, sequestros e latrocínios para financiar suas operações, o emprego dessas práticas criminosas não só deslegitima as economias regionais, como também dificulta a execução de políticas eficazes de segurança, exigindo uma resposta contundente e integrada das autoridades competentes. Rodriguez (2010):

[...] O desequilíbrio causado pela droga levou a que o PIB legal crescesse, na década de 80 do século passado, 3% ao ano, enquanto o PIB subterrâneo crescia 7%. De outro lado, a presença maciça de divisas estrangeiras na economia colombiana produziu, ao longo das décadas de 70 e 80 do século XX um fenômeno peculiar: o dólar paralelo era cotado mais baixo que o oficial (Kalmanovitz, 1990, p. 19-21 apud Rodriguez, 2010, p. 33).

No escopo das dinâmicas de Segurança Regional, o conceito de "*overlay*" trabalhado por Buzan e Waeber (2003), evoca a interferência das potências externas nas dinâmicas internas de segurança de uma determinada região. A intervenção direta dos Estados Unidos no conflito colombiano, verificada pela prática de políticas concretas de segurança, teve início com o Plano Colômbia, mas se consolidou principalmente após os atentados de 11 de setembro de 2001. Dentro do contexto analisado, a luta contra as drogas foi assimilada na luta global contra o terrorismo, resultando na classificação de grupos guerrilheiros como terroristas. Essa nova abordagem não apenas redimensionou a agenda de segurança na Colômbia, mas também moldou políticas internas e externas do país. Esse alinhamento proporcionou a priorização dos interesses da potência externa e caracterizou um exemplo prático de *overlay*

A interferência dos Estados Unidos no conflito colombiano foi permitida pela ingerência do governo colombiano, que, em sua busca por segurança, escolheu alinhar suas políticas às diretrizes norte-americanas. Entretanto, essa cooperação ocorreu de forma desbalanceada, uma

vez que se tornou clara a submissão da política de segurança do país andino às fortes estratégias do governo dos Estados Unidos. Enquanto o discurso norte-americano, ao rotular os desafios enfrentados pela Colômbia como principais ameaças à segurança nacional e regional, moldou uma estratégia que tornava prima as ações repressivas e ofensivas realizadas, inicialmente direcionadas ao narcotráfico e posteriormente para o combate ao que foi denominado terrorismo, a transição evidenciou não somente a imposição dos interesses norte-americanos, mas também a instrumentação de narrativas que viabilizaram a justificativa para as invasões na Colômbia, que, embora tenham sido articuladas sob um pretexto de necessidade para a proteção da soberania e integridade do Estado colombiano, revelaram-se como uma estratégia mais abrangente afim de consolidar o controle e influência na região da América Latina.

Neste contexto, observa-se que a constituição do discurso securitizador das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) tem sido predominantemente articulada por presidentes da Colômbia e dos EUA. Essa abordagem retórica, que associa a guerrilha a uma ameaça à segurança nacional, reflete estratégias políticas que têm moldado a narrativa pública e influenciado a percepção popular em relação aos grupos guerrilheiros. Uma vez que a análise dos discursos presidenciais, aliada ao exame das políticas de contenção implementadas ao longo dos anos, constitui um método essencial para compreender as dinâmicas de poder em jogo e as implicações dessas decisões na trajetória da presente pesquisa.

4. Securitização e Dessecuritização das FARC: O Caso dos Governos Uribe e Pastrana

Neste capítulo, será tratada a forma como os governos de Álvaro Uribe (2002-2010) e Juan Manuel Santos (2010-2016) lidaram com o problema das narcoguerrilhas no território colombiano enquanto utilizamos os conceitos anteriormente estudados e dando ênfase em como cada uma delas promoveu ou dificultou o diálogo e o incentivo à paz no conflito contra as FARC. Durante o período em questão, será analisado o modo em que os governos adotaram a securitização e a militarização como estratégias de políticas públicas para enfrentar os problemas emergentes, considerando que tais abordagens foram implementadas em contextos de intensa turbulência provocada pelo conflito com o grupo insurgente. Analisaremos ainda de que forma as decisões tomadas por cada presidente influenciaram o grau de envolvimento com os Estados Unidos, intensificando ou não essa relação.

4.1 A Securitização e o Narcoterrorismo no governo Uribe

As ações do governo Pastrana, supracitadas acima, serviram como facilitadores à eleição de Álvaro Uribe para a presidência da Colômbia. Após os fracassos das medidas tomadas durante as tentativas de acordos de paz com as FARC, o presidente assume seu mandato inserido em um cenário onde a descrença à medidas de negociações e falta de esperança da população em erradicar o problema do narcotráfico permeia o país, tendo como legado um descrédito quanto a imagem de mediatório que um presidente poderia possuir (Sierra, 2015). A população colombiana acreditava que as Forças Armadas deveriam começar a ganhar a guerra no terreno militar, para que os guerrilheiros e os paramilitares fossem obrigados a negociar de fato a paz e para que a sociedade passasse a recobrar a confiança nas instituições (Rodriguez, 2010, p. 96).

Desde o início de sua presidência – iniciado em 2002 e indo até 2010, contando com seus dois períodos de mandato -, Uribe aglutina o discurso de guerra contra o terror ao discurso de guerra contra as drogas e este fato possibilita o aprofundamento das relações do país com os Estados Unidos. O presidente colombiano também reforça sua declaração de que as guerrilhas eram grupos terroristas que usavam do narcotráfico como meio de ascensão financeira e que o combate a esses problemas incorporava a situação colombiana à dinâmica geopolítica mundial (Rodrigues, 2012, p. 106).

O que eu tenho que fazer é explicar ao povo colombiano que em nenhuma parte do mundo a paz foi criada ao trocar abraços na televisão com pessoas violentas; em nenhuma parte do mundo a paz foi criada cedendo a pessoas violentas. A história da humanidade está cheia de exemplos de que a paz é filha do exercício da autoridade, a paz é filha da justiça social. Eles passaram três anos entregando o país aos violentos, e a única coisa que conseguiram foi que as FARC crescessem 32%, **expandindo suas capacidades terroristas**, e agora desejam definitivamente tomar o poder por meios violentos. (*Primer Colombia*, 2002, tradução nossa)¹¹

Ao usar a terminologia utilizada para descrever a realidade do país, Uribe se apoia em um discurso que se utiliza da substituição do conceito de “conflito armado” pela expressão “ameaça terrorista”, reafirmando uma narrativa que desconsidera a profundidade das divisões sociais. O presidente também questionou a pertinência do termo “reconciliação” no contexto colombiano, argumentando que a aceitação de uma fratura na sociedade seria um convite à

¹¹ No original: What I have to do is to explain to the Colombian people that in no part of the world has peace been created by exchanging hugs on television with violent people; in no part of the world has peace been created by caving in to violent people. The history of humanity is full of examples that peace is the daughter of the exercise of authority, peace is the daughter of social justice. They have spent three years turning the country over to the violent ones, and the only thing that they have achieved is that the FARC has grown by 32%, it has expanded its terrorist capabilities, and it now wants definitively to take power by violent means.

fragilidade e à discórdia, ao invés de fomentar um verdadeiro diálogo que promova a união nacional (Valencia, 2005, p. 93).

Dario (2004) expõe que, após vinte anos de tentativas falhas, são fechadas as portas para o diálogo e, assim, o governo deu início a um processo de negociação com grupos paramilitares, que incluía sua desmobilização com o objetivo de desmembrar focos guerrilheiros, aumentar o controle nas fronteiras e diminuir as áreas de atuação dos grupos. Além de associar a paz interna com o aumento de poderio militar e conflitos diretos com os grupos "terroristas", já que segundo o presidente “os grupos violentos só podem ser detidos quando o Estado exerce autoridade e lhes demonstra que é capaz de derrotá-los” (El Espectador, 2002).

Outra estratégia adotada pelo presidente com o intuito de legitimar seu discurso perante a população e empregar o convencimento como tática para vender a guerra contra as forças insurgentes dentro do país, foi usar os fantasmas do período *La Violencia* e o assassinato de seu pai por integrantes das FARC para mostrar aos espectadores a superação do trauma pessoal e a restauração da honra familiar por meio do aumento da guerra contrainsurgente (Hylton, 2010).

Devido à forma incisiva de tratar os grupos narcotraficantes e sua dedicação em erradicá-los, Uribe estreitou sua relação com o presidente George W. Bush, o que resultou em trocas cooperativas entre os dois países, conseguiu uma extensão e aumento nos investimentos do Plano Colômbia, como citado anteriormente e desta forma, obtém um aumento de investimento americano no Plano, chegando a um valor de 6 bilhões de dólares (Lange, 2016).

O alinhamento entre os governos ajusta a visão interna do conflito armado para favorecer o posicionamento de que as FARC eram um grupo terrorista dentro do seu território e afirma que “Na Colômbia não existe guerra, **aqui temos terrorismo de grupos armados contra o Estado e a sociedade**, e, isto deve ser resolvido rapidamente” (Uribe *apud* Quiroga, 2003, p. 164). E com os aumentos necessários para investir mais ainda em poder militar, Uribe renovou o financiamento norteamericano, em 2005, com o Plano Patriota, que tinha um foco específico no combate às FARC, e que gerou uma série de perdas para a guerrilha (Rodrigues, 2012).

Nota-se no discurso presidencial a força em mostrar os grupos insurgentes como atores terroristas ameaçadores da soberania estatal e desmoralizadores da imagem do país no contexto global.

Não são pensadores de esquerda (as FARC), **são bandidos, terroristas**; olhe para o ataque cometido em Ituango, onde um deles explodiu três quilos de explosivos, causando a morte de sete pessoas, três a ponto de morrer e mais de 80 feridos [...]

Esses "terroristas vulgares" devem ser enfrentados com toda a vitalidade e sem medo (El Tiempo, 2008).¹²

Em contrapartida, a medida em que o governo colombiano buscava eliminar tais grupos, o alinhamento a ações similares às de grupos insurgentes fazia o governo entrar em estado de contradição e reconhecer o caráter de grupos como a AUC¹³, fornecendo certa legitimidade sob sua luta, isto significa que ambos os grupos compartilhavam a ideia que a população era influente pelo desenvolvimento de guerrilhas dentro do país, devendo então ser convocadas a colaborar com as Forças Armadas, seja atuando em combate, em funções de vigilância ou obtendo informações para a inteligência e, por fim, consolida os Estados Unidos como o principal apoiador material e estratégico (Dario, 2010 *apud* Hernández, 2009).

O governo prioriza um nível maior de comunicação com a AUC e como consequência a esta política, a atividade das FARC teve certa redução; em contrapartida o número de abusos por parte de integrantes do Estado aumentou, ataques e espionagens, além de outros feitos ilegais como assassinatos a membros de ONGS e ativistas eram constantemente reportados no governo Uribe (Rodrigues, 2012). Incentivadas pela mídia, essas táticas levaram a lógica do conflito para dentro da dinâmica da sociedade civil, o governo promoveu a cooperação voluntária e patriótica da população colombiana e utilizando da subjetividade do seu discurso envolveu mais uma camada da população no conflito, aumentando a gama de atores não convencionais no confronto colombiano (Dario, 2010).

O então atual presidente Álvaro Uribe destacou a importância do apoio da população às forças de segurança do Estado, ressaltando que a colaboração cidadã era essencial para garantir a segurança pública. Uma de suas propostas para a população consistiu em criar uma rede constituída por um milhão de cidadãos informantes, cujo objetivo era oferecer informações oportunas e relevantes às instituições policiais e às forças armadas, fortalecendo assim a luta contra a criminalidade e promovendo um ambiente mais seguro para todos. Propôs que as segundas-feiras fossem reservadas como “Dia da Recompensa”, quando o governo pagaria aos cidadãos que na semana anterior tivessem ajudado as forças de segurança do Estado a prevenir um ato terrorista ou a capturar um suspeito (Uribe, 2002).

¹² No original: “No son pensadores de izquierda (las FARC), son unos matones, unos terroristas; mira el atentado que cometieron en Ituango, donde uno de ellos hizo explotar tres kilos de explosivos y causó la muerte de siete personas, tres a punto de morir y más de 80 heridos [...] A esos "vulgares terroristas" hay que enfrentarlos con toda vitalidad y sin miedo” (El Tiempo, 2008).

¹³ As Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC) foram um grupo paramilitar e de tráfico de drogas colombiano que atuou no conflito armado do país entre 1997 e 2006.

[...] Da maneira complementar, colocou-se em prática um programa de recompensas para aquelas pessoas que, como informantes dos organismos de segurança do Estado, deem informação que conduza à prevenção de atentados terroristas ou à captura de integrantes das organizações armadas ilegais (Dario, 2010, p. 617 *apud* PRES DE LA REPUBLICA, 2003, p. 61)

Consoante com Koerich (2015), percebe-se que o fortalecimento militar foi uma forte estratégia. Entretanto, o governo de Uribe foi alvo de grandes controvérsias, dentre elas abuso de autoridade e corrupção. No início de seu mandato, em 2002, o presidente Álvaro Uribe decretou o Estado de Comoção Interior, uma medida que conferiu ao governo federal poderes amplificados para enfrentar a crescente ameaça de grupos armados e criminalidade.

Este decreto possibilitou a elevação de impostos, destinados a financiar o aumento do efetivo das Forças Armadas e das forças policiais, visando a contenção da onda de violência que assolava o país. Além disso, a medida permitiu a autorização de prisões sem ordens judiciais, assim como a detenção de indivíduos com base em meras suspeitas de intenções delitivas, levantando, assim, discussões acaloradas sobre os limites da ação governamental em nome da segurança pública e os direitos civis dos cidadãos (Santos, 2010, p. 10).

Em seguimento, após as negociações construídas apenas com os grupos paramilitares, representados pela AUC, o grupo consegue ser desmobilizado enquanto organização que lutava junto às FARC, o processo acaba por fazer com que ex membros da AUC se reorganizaram de formas distintas, com o financiamento gerado pelo narcotráfico e da conexão da AUC com diversos carteis, o dinheiro vindo da atividade criminosa continuava dando margem para a atividade paramilitar acontecer mesmo que com novos nomes, a continuação da atividade ilegal pelo grupo se transformou nas chamadas Bandas Criminais (BACRIM).

Mesmo com o aumento na militarização do governo, os ataques das FARC continuavam ocorrendo com frequência e evidenciava que o Estado não era capaz de controlar a ameaça insurgente apenas através da força em campo. Era claro que a eficácia das políticas de segurança nacional não havia atingido o ápice da sua competência apesar de tantas mortes e conflitos que até então estavam acontecendo, entre os anos de 2003 e 2007 os conflitos com as FARC se mantinham em controle mas a partir deste período houve um aumento considerável em conflitos envolvendo a guerrilha, se mostrando capazes de aproveitar as brechas das forças de segurança colombianas para exercerem suas atividades contra o Estado colombiano (Llorente, 2009).

Apesar de tudo, até o ano de 2005, a política de segurança implementada pelo governo de Uribe obteve conquistas significativas no combate à violência e à criminalidade no país. Essa estratégia resultou em uma redução substancial das atividades criminosas perpetradas por grupos armados ilegais. Observou-se um retrocesso notável na expansão territorial das Forças

Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e da infiltração de outras facções armadas no território nacional. Tais avanços foram fundamentais para restabelecer a ordem e a segurança em diversas regiões, contribuindo para a estabilidade social e política através de uma expansão de 32% no número de unidades militares (Ministério de Defesa Nacional, 2007). No mesmo ano, chegando no prazo limite do Plano Colômbia, a administração do governo norte americano reitera sua intenção de continuar investindo na intervenção contra o terrorismo. Consoante Condoleezza Rice¹⁴, em visita à Colômbia em maio de 2005:

O Plano Colômbia formal, de cinco anos, está chegando ao fim, mas nosso compromisso com a Colômbia não. A assistência militar, policial, judicial e econômica que estivemos dando fez que a Colômbia estivesse a caminho de uma maior segurança, de cuidar do problema das drogas e de **lidar com o narcoterrorismo** de maneira eficaz (Folha de São Paulo, 10/7/2005).

George W. Bush, em reunião com Uribe também confirma suas intenções com o país latino-americano afirmando:

Pedirei ao Congresso que mantenha o nosso compromisso para dar prosseguimento aos programas do Plano Colômbia, para que a Colômbia possa continuar com os seus progressos e vencer a sua guerra contra o narcoterrorismo. Nossa parceria estratégica é vital à segurança, à prosperidade e à liberdade de ambos os nossos países e das Américas (Folha de São Paulo, 5/8/2005).

Assim, estendendo o plano até o primeiro semestre de 2007 quando Álvaro Uribe, no início do seu segundo mandato, apresentou a *Estrategia de Fortalecimiento de la Democracia y Del Desarrollo Social* (EFDDs) 2007-2013, também denominada de Plano Colômbia II (DNP, 2007). Segundo o Ministério da Defesa colombiano, a ideia intrínseca da EFDDs é a junção entre o componente militar e a ação integral pela recuperação social e militar do território (Santos, 2010).

Ao trazer os conceitos analisados e desenvolvidos pela Escola de Copenhague (EC) no governo de Álvaro Uribe, torna-se evidente que, em face da violência desenfreada causada pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), caracterizada por uma onda de violência dentro do país através de sequestros, mortes e extorsões, a população – neste caso, a audiência- aceita e respalda as decisões emergenciais tomadas pelo agente securitizador – o governo colombiano –, que busca defender seu objeto referente – a segurança nacional; este fenômeno revela de modo claro e contundente o processo de securitização que se instaurou na sociedade colombiana, onde as ações do Estado frequentemente interpretadas como medidas

¹⁴ Secretária de Estado dos EUA vigente na época

emergenciais, são legitimadas pela percepção coletiva de uma ameaça existencial imposta por grupos armados.

O clamor por segurança e ordem pública propiciou um clima de aceitação para políticas que, sob outros contextos, poderiam ser vistas como autoritárias ou excessivas, mas que sob a sombra do terror, se tornaram não apenas aceitáveis, mas também necessárias para recuperar um senso de normalidade e paz social.

4.2 Militarização e Combate Armado (Uribe)

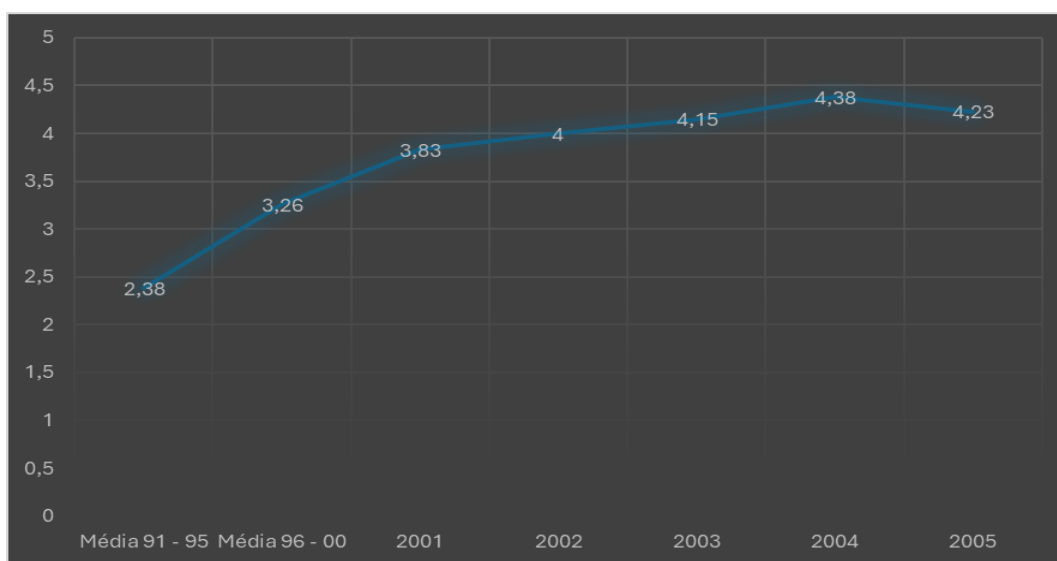
Reeleito em 2006, Álvaro Uribe ampliou as políticas de segurança e implementou outras principais medidas adotadas pelo governo. Além do Plano Colômbia, o presidente aumentou o militarismo nas políticas públicas e desenvolveu o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), até 2006 e o Plano de Consolidação da Segurança Democrática (PCSD). Uribe, ao implantar o PND visou a consolidação do território nacional sob a ajuda do Estado; desmobilizar os diversos grupos insurgentes; restaurar integridade territorial da Colômbia; a erradicação do narcotráfico, notavelmente através do desmonte de territórios utilizados como cultivo de plantações ilícitas e da intensificação das ações contra os narcotraficantes, a busca por estabelecer políticas de cooperação robustas com nações vizinhas, reconhecendo a necessidade de proteger as fronteiras nacionais e de criar um ambiente regional estável que pudesse colaborar para o enfrentamento de ameaças transnacionais e o aumento dos gastos em materiais e treinamento militar, resultando no aumento da porcentagem no PIB do país para gastos militares, representado no Gráfico 2, abaixo (Villa e Ostos, 2005).

Enquanto o PCSD foi concebido como uma estratégia abrangente, focada no fortalecimento da autoridade do Estado em todo o território nacional e visava garantir não apenas a segurança interna, mas também a integridade das instituições, promovendo uma abordagem coesa para a defesa nacional. Além disso, foi através do PCSD que o governo apontou enquanto ameaças o terrorismo dos grupos armados e o narcotráfico, enfatizando assim o discurso defendido pelos Estados Unidos (Lino, 2021).

Como consequência da implementação desta série de medidas estratégicas voltadas para o combate às guerrilhas, o Exército Colombiano conseguiu acumular um expressivo número de vitórias, que se traduziu em um significativo processo de desmobilização de combatentes. Este cenário, caracterizado por uma notável redução dos efetivos guerrilheiros, resultou em um

aumento da sensação de segurança entre a população colombiana, a qual, até então, vivia sob a constante ameaça do conflito armado.

Figura 5 – Gastos com segurança e defesa como porcentagem do PIB colombiano (1991-2005)



FONTE: Lange, 2016, p 58

Enquanto o PCSD foi concebido como uma estratégia abrangente, focada no fortalecimento da autoridade do Estado em todo o território nacional e visava garantir não apenas a segurança interna, mas também a integridade das instituições, promovendo uma abordagem coesa para a defesa nacional. Além disso, foi através do PCSD que o governo apontou enquanto ameaças o terrorismo dos grupos armados e o narcotráfico, enfatizando assim o discurso defendido pelos Estados Unidos (Lino, 2021).

Como consequência da implementação desta série de medidas estratégicas voltadas para o combate às guerrilhas, o Exército Colombiano conseguiu acumular um expressivo número de vitórias, que se traduziu em um significativo processo de desmobilização de combatentes. Este cenário caracterizado por uma notável redução dos efetivos guerrilheiros, resultou em um aumento da sensação de segurança entre a população colombiana, a qual, até então, vivia sob a constante ameaça desse conflito armado.

Segundo Lange (2016) todos esses duros golpes empregados contra a guerrilha levaram à redução de integrantes das FARC, à desmobilização massiva de guerrilheiros, à morte de seus líderes Manuel Marulanda Vélez e Raúl Reyes e Ivan Rios e evidenciou a eficácia da concretização dos objetivos militares do governo. O sucesso dessas operações não apenas consolidou a posição do exército colombiano, mas também elevou a popularidade do então presidente Álvaro Uribe, que, em virtude dos resultados positivos obtidos, conseguiu garantir

sua reeleição em 2006. Por estas vias, Uribe teve a oportunidade de continuar a implementar sua política de enfrentamento ao conflito armado por meio da abordagem militar, sendo incentivada pela população e atores internacionais.

Durante os primeiros meses do mandato de Uribe, os índices de mortes de civis na Colômbia demonstraram uma queda acentuada em comparação com os períodos anteriores, situando-se abaixo da média de longo prazo do governo. Entretanto, as taxas de civis feridos atingiram níveis altos, evidenciando as estratégias de ataques vindos de guerrilhas e paramilitares, enquanto é perceptível a preferência por confrontos em vez de ataques¹⁵ por parte do governo (Restrepo, Spagat, 2003). Um dos principais pontos dos dados analisados é que eles distinguem claramente as vítimas da guerra dos homicídios comuns, que, por sua vez, diminuíram cerca de 20% sob a administração de Uribe, seguindo uma tendência iniciada em 1997, especialmente nas cidades de Medellín e Bogotá.

Tabela 2 – Taxas Mensais de Casualidades por Ataques e Conflitos para Vários Períodos de Tempo

	Períodos				
	Governo Uribe		Aumento	Período de "Despeje"	Anterior a Uribe
	8/2002 - 2/2003	1/1999 - 7/2002	1/1996 - 7/2002	10/1998 - 2/2002	1/1988 - 7/2002
Civis mortos	52	114	85	114	62
Civis feridos	82	63	46	57	31
Combatentes mortos	207	155	134	141	113
Combatentes feridos	58	61	63	62	54

Fonte: Restrepo, Spagat, 2003

Essa melhoria nas mortes civis relacionadas à guerra está acompanhada por uma redução geral na taxa de homicídios. É possível observar na Tabela 2 que houve quedas significativas em outros indicadores, como raptos e deslocamentos forçados, embora esses dados não tenham sido incluídos na análise devido à falta de novas informações (Restrepo, 2003). Por outro lado, as taxas de ferimentos e mortes de civis estão em aumento, segundo a tabela. Isto reflete a nova prática dos guerrilheiros de fazer ataques visando a população e a despreocupação do Estado em proteger a população que desamparada perece de políticas públicas que os protejam de fato.

¹⁵ Define-se um confronto como um encontro direto entre dois ou mais grupos de indivíduos armados que resulta em combate armado. Um ataque é uma violência evento em que não há combate armado mútuo entre dois grupos (Restrepo *et al*, 2003)

Tabela 3 – Ataques a vítimas por Mês por Período

	Períodos				
	Governo Uribe		Aumento	Período de "Despeje"	Anterior a Uribe
	8/2002 - 12/2003	1/1 999 - 7/2002	1/1996 - 7/2002	10/1998 - 2/2002	1/1988 - 7/2002
Civis mortos	259	269	219	225	175
Civis feridos	140	124	109	119	85
Ataques de guerrilha	54	76	65	71	53
Ataques paramilitares	7	21	12	16	7

Fonte: Restrepo, 2003

Mediante aos dados apresentados, é possível fazer uma breve análise de como se desenrolou e quais foram os resultados do aumento do poder das forças militares estatais do governo Uribe, tanto para os grupos insurgentes quanto para a população. Os dados indicam uma queda acentuada nas médias de longo prazo dos ataques realizados tanto por paramilitares quanto por guerrilheiros, refletindo, de certa forma, uma resposta efetiva das forças governamentais. No entanto, a realidade é diferente, pois, embora os conflitos envolvendo paramilitares tenham diminuído consideravelmente, as interações entre as guerrilhas e as forças estatais alcançaram níveis recordes de tensão, o que pode indicar uma transição em vez de uma redução genuína das hostilidades (Restrepo, Spagat, 2003).

A diminuição das taxas totais de homicídios, embora um sinal positivo, oculta a alarmante divergência entre as taxas de morte de civis e combatentes. É preocupante que, apesar da queda nas fatalidades civis, as mortes entre os combatentes tenham alcançado níveis máximos, sugerindo uma intensificação da violência no âmbito bélico. A crescente utilização de minas e o aumento do terrorismo urbano são fatores que trazem à tona uma nova dimensão do conflito, que, paradoxalmente, resulta em uma maior proliferação de feridos entre civis. Assim, enquanto a narrativa de diminuição de certos tipos de violência pode ser celebrada, é essencial que se mantenha uma visão crítica das interações em curso.

Por fim, é possível concluir que, mesmo a escolha de seguir um caminho mais incisivo na situação com as FARC e grupos guerrilheiros, utilizando o discurso para potencializar o aumento do uso de armas e força, essa escolha, além de ser a mais prejudicial para a população colombiana, não diminuiu ou erradicou as FARC e, por muitas vezes durante o governo, potencializou seu poder de violência e combate. O próximo capítulo analisará como seu sucessor, Juan Manuel Santos, que ocupava a posição de Ministro da Defesa no último mandato de Uribe, assegurou à população a continuação da proposta de erradicação das FARC, porém de uma forma diferente, utilizando a dessecuritização da situação como proposta para fazer acordos de paz efetivos com o grupo.

4.3 Dessecuritização e Diálogo (Juan Manuel Santos)

Após o polêmico governo de Álvaro Uribe, o cenário colombiano encontrava-se em colapso devido ao aumento da morte de civis e aos confrontos sangrentos com os grupos ilegais que assolavam o país, porém, sua eleição pode mostrar a aprovação popular às medidas tomadas no governo Uribe, apesar do período regido por Juan Manuel Santos conseguir ser representado como um ponto de inflexão devido a sua mudança de postura na resolução do conflito. O objetivo deste capítulo é analisar de que modo Santos utiliza a estratégia da dessecuritização, conceito formado pela Escola de Copenhague, para propor significativos acordos de paz causado em virtude da perda da legitimidade política das FARC, visto a morte de seus principais líderes, afetando, assim, seu contingente e outros fatores externos para aumentar o diálogo com a guerrilha e avançar na resolução do conflito que assola o país há mais de décadas.

A distinção estratégica mais evidente entre os governos de Santos e Uribe reside na abordagem que cada um adotou em relação à segurança e à soberania nacional. O governo Uribe, por exemplo, debruçou sua política de segurança na crença de que a indivisibilidade da soberania era um princípio fundamental, levando-o a concluir que o reconhecimento das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) como interlocutores políticos seria um custo inaceitável. Enquanto Santos, faz uma releitura sobre o cenário de segurança da Colômbia, seu programa de segurança identifica como as principais ameaças para o país no longo prazo: a fragmentação desses grupos armados e a construção de milícias no nível local[...] (Dario, 2014, p. 07).

Voltado para o progresso interno, Santos buscava o fim da violência interna e atrair investimentos para lapidar de forma mais concisa a imagem da Colômbia no cenário internacional. O presidente, em seu discurso de posse, destacou sua disposição para o diálogo e a negociação como ferramentas essenciais para alcançar a paz. No entanto, enfatizou que tal abertura estaria condicionada à cessação imediata dos ataques, sequestros, narcotráfico e outras formas de violência por parte dos guerrilheiros. Essa postura reflete um compromisso firme com a segurança e a estabilidade, ao mesmo tempo que busca um caminho para a resolução pacífica do conflito. Nas palavras do presidente:

Ao mesmo tempo, quero reiterar o que disse no passado: **a porta do diálogo não está trancada**. Aspiro, durante meu governo, plantar as bases para uma **verdadeira reconciliação** entre os colombianos. De um verdadeiro desarmamento dos espíritos, construído sobre alicerces duradouros que não alimentam falsas esperanças, que não permitem mais enganos e que não conduzem a novas frustrações num país que, do fundo da sua alma sangrenta, o que mais deseja é a **paz**. Temos que absorver a lição

do passado e aprender com os erros cometidos nesta luta para superar um confronto que nos separa há muito tempo. É verdade que quem não aprende com a história está condenado a repeti-la. Mas o povo colombiano assimilou o seu completamente. E é por isso que expressa, a cada dia e sob todas as formas, sua rejeição aos que persistem na violência sem sentido e fratricida. Aos grupos armados ilegais que invocam motivos políticos e hoje falam novamente em diálogo e negociação, digo que **meu governo estará aberto a qualquer conversa que busque a erradicação da violência** e a construção de uma sociedade mais próspera, equitativa e justa. Claro - insisto - em premissas inalteráveis: renúncia às armas, sequestro, tráfico de drogas, extorsão, intimidação. Não é a exigência caprichosa de um governante atual. É o grito de uma Nação! (Santos, 2010, s. p., tradução nossa).

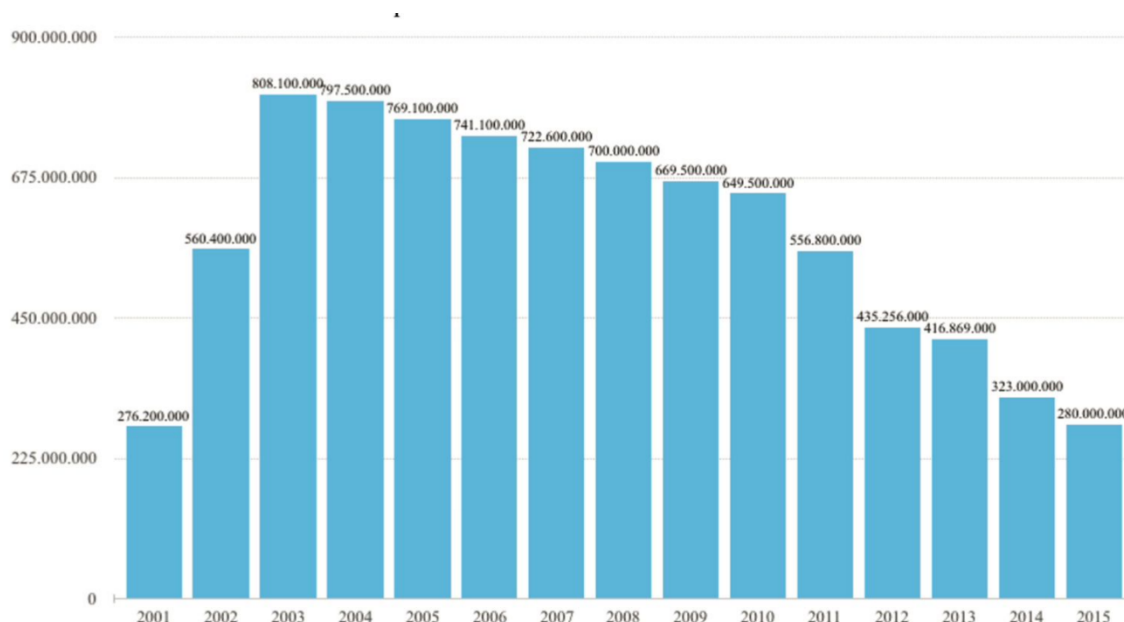
A nova conduta presidencial, ao mostrar seus esforços para estabelecer um canal de diálogo com as FARC e outros grupos armados ilegais, demonstra uma mudança de postura em relação à conduta de seu antecessor. Uribe, caracterizado por uma abordagem inflexível, optou por ignorar a necessidade de negociação, mantendo uma linha dura que resultou em um prolongamento do conflito interno e na perpetuação de desigualdades e inseguranças sociais. A abertura para o diálogo proposta pela atual liderança sinaliza uma tentativa de compreensão mais ampla das complexidades socioeconômicas que alimentam esses grupos, destacando um compromisso com a busca de soluções duradouras que transcendem a repressão militar.

O avanço do controle governamental sobre o Estado, alcançado durante o governo de Álvaro Uribe, possibilitou a implementação da Política Integral de Segurança e Defesa para a Prosperidade (PISDP). Este programa visava estabelecer diretrizes claras para a atuação das Forças Armadas e da Polícia Nacional, promovendo a segurança e a defesa de pilares fundamentais para o desenvolvimento social e econômico do país. Perpassando o PCSD, o PISDP foi além e colocou como uma de suas prioridades a segurança da população enquanto buscava retomar territórios ocupados pelos grupos insurgentes, portanto, observa-se na PISDP uma linguagem não tão militarizada. [...] A PISDP possui objetivos mais brandos que visam a prosperidade e o desenvolvimento econômico colombianos, e dá ênfase à segurança e à convivência dos cidadãos” (Lange, 2016, p. 66). A mudança dos discursos de Santos também acabou tendo repercussões internacionais, o presidente busca, a partir de 2010, consoante o que descreve Buelvas (2011) a *respice similia*, ou seja, o olhar para o semelhante através da procura pela reconstrução das relações com países latino-americanos. Essa conduta contrapõe-se ao alinhamento automático com os Estados Unidos sustentado até a gestão de Uribe (Lange, 2016, p. 66).

O distanciamento com os Estados Unidos durante o mandato do presidente Santos teve consequências diretas e significativas nas transferências financeiras provenientes daquele país à Colômbia no âmbito do Plano Colômbia. Os dados quantitativos, apresentados no Gráfico 3, demonstram uma redução progressiva nas quantias enviadas e refletem uma alteração nas

relações econômicas entre as duas nações. Essa diminuição dos repasses é atribuída a mudanças nas prioridades políticas e estratégicas dos Estados Unidos, resultando em um impacto negativo sobre os projetos e iniciativas de desenvolvimento sustentados por esses fundos na Colômbia. Assim, torna-se evidente que o afastamento diplomático acarretou não apenas uma diminuição financeira, mas também um reexame das parcerias que historicamente sustentaram a cooperação bilateral.

Figura 6 – Valores de repasse dos EUA à Colômbia através do Plano Colômbia



Fonte: Volckhausen *apud* Lange, 2016

Apesar disso, a relação entre Santos e Obama se revela substancialmente diferente daquela entre Uribe e Bush. Enquanto a administração de Uribe concentrou-se predominantemente em questões de segurança e militarização, a abordagem de Santos tende a ser mais abrangente e multifacetada. Ambos os líderes buscaram a elaboração de uma agenda bilateral que transcende as esferas estratégica e militar, visando incluir discussões sobre temas cruciais como meio ambiente, desenvolvimento econômico e social, direitos humanos e energia. Essa ampliação de foco não apenas reflete uma mudança nas dinâmicas políticas entre os Estados Unidos e a Colômbia, mas também sinaliza um comprometimento com a cooperação em áreas que impactam diretamente a qualidade de vida dos cidadãos e a sustentabilidade do desenvolvimento regional.

Os diálogos com as FARC no governo Santos começam em 2011 e tem continuidade até final de 2016, esse processo ocorre de maneira simultânea ao que a presente pesquisa

entende como um processo de dessecuritização do conflito, ampliando a agenda de segurança e mudando o status de emergência do conflito, diminuindo aos poucos a necessidade de um combate físico com o grupo e alterando a maneira em que as decisões eram tomadas, agora o diálogo estava sendo mantido e com um objetivo, construir um caminho mais seguro para a população do país (Manzano, 2017). Após as primeiras conversas, o presidente da Colômbia Juan Manuel Santos anuncia, em 4 de setembro de 2012, um pré-acordo com as FARC (International Crisis Group, 2012), e o denomina de *Acuerdo General para la Terminación del conflicto y la construcción de una paz estable y duradera*. Junto com o acordo, foi decidido que a sede principal para as negociações estaria localizada em Havana, Cuba. O Estado cubano, possuía uma histórica ligação ideológica com as guerrilhas colombianas e destacou-se como o primeiro país a manifestar apoio ao processo de paz na Colômbia, um gesto formalizado por meio de um pronunciamento de seu Ministro das Relações Exteriores, Bruno Rodríguez. A posição de Cuba foi amplamente reconhecida e aceita tanto pelo governo colombiano quanto pelas FARC em sua designação como um dos dois Estados garantidores do diálogo (Bayer, 2013). As conversas, chamadas também de ciclos, teriam duração de onze dias, mas poderiam se estender ou encurtar sua duração enquanto resoluções de situações conjunturais e pedidos específicos (OACP, 2014)

Em razão disso, a ampliação dos objetivos da política em torno da ideia de construção da paz serviu para expressar de antemão o cenário de pós-conflito no qual as FARC conseguem evoluir para status de ator político e deixam de ser classificadas como uma ameaça. Para Manzano (2017):

Esta etapa do processo é importante na construção da dessecuritização, uma vez que as FARC-EP deixaram de ser consideradas uma organização terrorista para aceitá-las como outra parte do conflito armado e buscar uma solução negociada que promova o fim de sua condição de beligerante para um status político, modificando assim a construção social da ameaça e superando a percepção de amigo / inimigo, remanescente das doutrinas de segurança nacional da Guerra Fria. (Manzano, 2017, p. 41, tradução nossa)¹⁶.

A assinatura de um acordo entre as partes, nesse sentido, pode ser considerada uma alternativa superior no que se refere à busca de uma resolução para o conflito através de meios políticos, ao invés de recorrer à via militar, cuja ineficácia foi exposta ao longo das várias décadas no governo passado. A dessecuritização não se deu apenas com a formalização do

¹⁶ No original: “Este paso es importante en el proceso de desecuritización, puesto que las FARC-EP han dejado de ser consideradas como una organización terrorista para aceptarlas como una parte más del conflicto armado y buscar una salida negociada que promueva el fin de su estatus beligerante hacia un estatus político, modificando así la construcción social de la amenaza y superando la percepción de amigo/enemigo, que recuerda a las doctrinas de seguridad nacional de la Guerra Fría.”

acordo, mas foi um processo gradual que se desenvolveu ao longo de um extenso período. O governo de Juan Manuel Santos (2010-2018), em particular, representou uma etapa crucial neste processo, pois adotou uma abordagem que considerou o contexto histórico que atravessa a dinâmica do conflito, decidindo incluir as FARC de forma direta nos debates, uma ação que contribuiu para ressignificar a percepção popular e institucional do grupo, transpondo-o da posição de mera ameaça à de um ator político legítimo, com o qual era possível dialogar e buscar soluções pacíficas para os problemas estruturais que afligiam a sociedade colombiana. Outro ponto crucial no processo de dessecuritização das FARC é a aceitação da audiência. Em contraste com os governos anteriores, Santos inovou ao incluir a população no debate, com o intuito de abrir um caminho sólido para a construção da paz (Bezerra, 2016).

4.4. Acordo de Paz de Havana (Santos)

O *Acuerdo General para la Terminación del conflicto y la construcción de una paz estable y duradera*, fase inicial do Acordo de Havana, foi o acordo proposto no governo de Santos que mais teve retorno positivo em décadas na Colômbia. As negociações giravam em torno de cinco pontos principais: i) o fim do conflito; ii) as políticas de desenvolvimento agrário; iii) uma possível solução para o problema das drogas; iv) a participação política; e v) a questão relacionada às vítimas (Dario, 2014, p. 10). Desta vez, o governo optou por não disponibilizar nenhuma fração de terra para as FARC ou conceder uma trégua definitiva com o grupo, já que o movimento significa muito mais do que apenas desarmar ou anistiar a guerrilha, e sim ter um desenvolvimento produtivo em aspectos sociais. Ambas as partes concordaram em organizar o acordo seguindo a lógica de *single undertaking*¹⁷.

A participação civil no processo foi de suma importância, tendo em vista que a população também estava inclusa na tomada de decisões junto com o governo. Além do ponto citado anteriormente, que consiste em um mecanismo destinado à recepção de propostas concernentes aos pontos da agenda, foi sugerida a realização de consultas diretas, que se configurariam sob a forma de fóruns nacionais, abrangendo representantes de todos os territórios, assim como fóruns regionais, onde, em ambos os casos, se buscava garantir uma presença significativa das minorias. Destaca-se a participação acentuada das mulheres,

¹⁷ Nessa modalidade de negociação, o acordo só seria formalmente assinado depois que as partes chegassem a um consenso com relação a todos os tópicos debatidos. Antes disso, nenhuma das questões acordadas teriam efeito até que o acordo inteiro fosse aprovado (Dário, 2014).

refletindo uma necessária inclusão nas discussões que envolvem os assuntos de interesse coletivo.

Vale ressaltar a participação de uma figura muito importante para a aceitação da população de medidas desmilitarizadas e promotoras de diálogos. O Papa Francisco pode ser considerado um agente dessecuritizador no processo de construção da paz colombiana, na medida em que o pontífice usou de sua influência discursiva para gerar um sentimento de comoção nacional e comover a audiência, levando à aceitação da desmilitarização com as FARC. Em visita a Bogotá no ano de 2017, Papa Francisco focou na importância da reconciliação entre as FARC e o Estado da Colômbia, ao mesmo tempo em que clamou para que a população colombiana abrisse seu coração e deixasse Deus reconciliar, para que ninguém tivesse medo da verdade e da justiça e aceitasse o perdão (Francisco, Papa, 2017).

Em diversas ocasiões anteriores à assinatura do acordo de paz entre o governo colombiano e as FARC, o Papa manifestou publicamente seu anseio pela paz na Colômbia. Em 2016, o Pontífice não apenas expressou sua preocupação com o conflito, mas também solicitou orações e apoio ao processo de negociação, mostrando a importância do diálogo e da reconciliação para a construção de um futuro mais harmonioso afirmando que o processo de paz é um caminho longo e complexo, mas o país não pode ceder ao desânimo. Devem continuar avançando apesar das dificuldades, pois vale a pena buscar a paz (Francisco, Papa, 2016).

A utilização do discurso dentro do âmbito religioso também serve para abrir margem para que a porção majoritária de colombianos católicos sejam levados a acreditar nos resultados positivos dos diálogos que estavam sendo desenvolvidos no governo Santos. O Papa Francisco, durante o governo Santos, fez diversas menções de apoio à justiça por meio de negociações pacíficas na Colômbia. Logo, seu posicionamento sobre a importância da desmilitarização em prol da construção de acordos e desenvolvimentos alternativos para a resolução do conflito com as FARC serviu como mais um degrau para a superação da securitização do grupo guerrilheiro.

É preciso fugir de qualquer tentação de vingança e de buscar só interesses pessoais a curto prazo. Quanto mais difícil é o caminho que conduz à paz e ao entendimento, mais é necessário colocar empenho em reconhecer o outro, sanar as feridas e construir pontes, ao apertar os laços e ajudar-se no caminho [...] a Colômbia é o único país do mundo onde hoje as armas estão sendo transformadas em palavras; onde as armas são destruídas e são usadas para criar monumentos pela paz (Francisco, Papa, 2017).

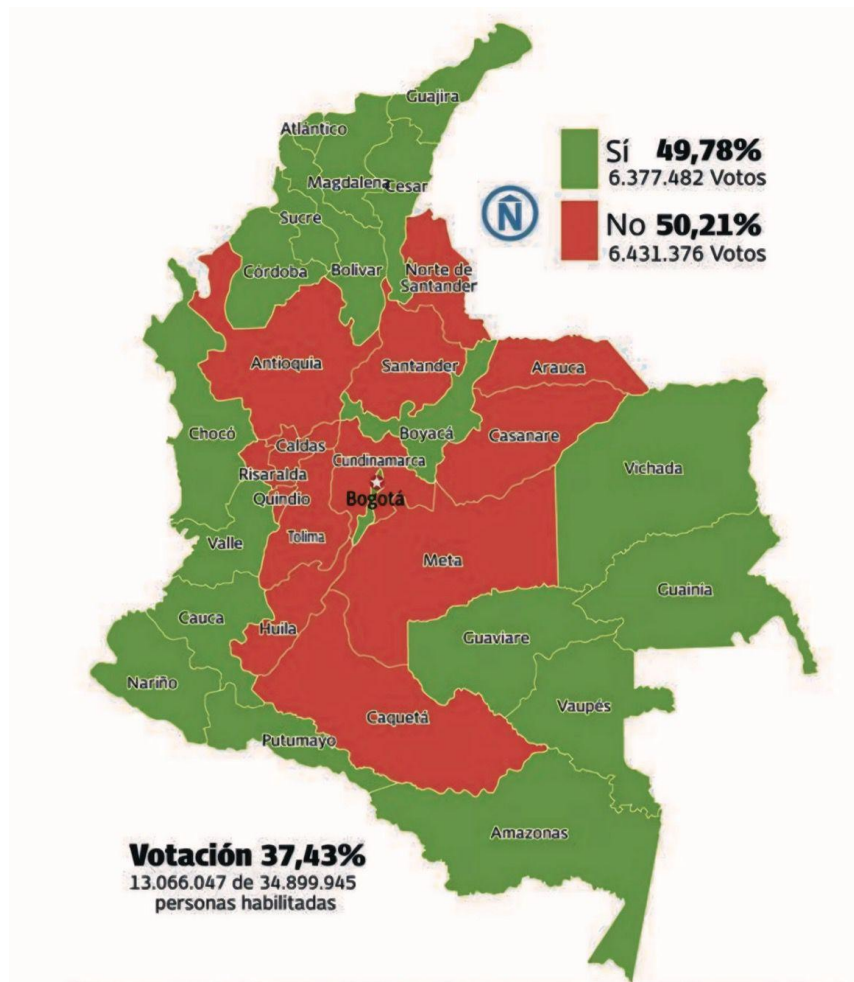
Considerou-se também, de forma imprescindível, a organização de ambientes que sejam mais naturais, proporcionando modelos de participação mais flexíveis e maleáveis, que facilitaram a inserção do cidadão, seja por meio de organizações sociais ou de forma individual

e comunitária (Calle, 2014). Outra proposta realizada pelo governo a fim de incluir a população no processo, foi a presença de, pelo menos, 60 vítimas diretas do conflito em Havana (Bezerra, 2014, p. 114), com intenções de recolher testemunhos, sugestões e representar as vítimas das atividades violentas das FARC e lembrando sempre que a intenção dos diálogos não se restringia aos interesses do governo e da guerrilha apenas (OACP, 2014, p. 03).

A aderência do público se revela de maneira significativa ao contemplar a participação ativa da sociedade colombiana no processo de construção da paz e resolução dos conflitos, ou seja, em termos securitizadores, a audiência aprova o discurso do objeto securitizador, o primeiro passo para a saída do assunto da área emergencial para ser incluído no âmbito popular. Inicialmente, o governo colombiano, ao buscar regulamentar as negociações com as FARC, propôs a realização de um referendo, uma modalidade que objetivava submeter à população a aprovação das condições acordadas nas mesas de diálogo, ressaltando a necessidade de uma concordância popular para assegurar a estabilidade e a durabilidade do pacto. Contrapondo-se a essa abordagem, a sugestão vinda das FARC, foi a convocação de uma Assembleia Constituinte, evidenciando uma visão que não apenas buscava a validação dos acordos, mas também uma reestruturação mais abrangente das bases políticas e sociais do país. Por fim, o governo constituiu um projeto de lei para estabelecer o plebiscito. Nesse projeto, seria necessária a aprovação de 13% da população apta a votar para que o acordo passasse para a fase final de implantação (Vargas, 2016 *apud* Lange, 2016).

Apesar de tudo, a população avaliou a proposta negativamente, conforme a Figura 7. Isso causou grande impacto nas negociações e foi necessário que novas interlocuções ocorressem entre os grupos. A realização de um diálogo nacional foi essencial para garantir a inclusão de diversos setores de nível superior (como líderes religiosos e políticos da oposição) no processo de negociação que culminou no acordo de paz. Essa abordagem colaborativa não apenas possibilitou a expressão de novos interesses, mas também favoreceu a desconstrução de uma narrativa de insegurança, que muitas vezes perpetuava o conflito (Manzano, 2017). O diálogo promoveu, assim, um entendimento das necessidades e aspirações da população e teve como resultado um documento que não só atende às demandas imediatas, mas que também se alinha a um projeto de pacificação duradoura e inclusiva.

Figura 7 – Resultado do plebiscito colombiano de 2 de outubro de 2016



Fonte: EL PAÍS *apud* Lange, 2016.

O desenrolar do processo iniciado em 2012 até meados de 2016 constituiu um marco significativo na história da Colômbia, refletindo a complexidade e os desafios inerentes à construção da paz em um contexto profundamente marcado por décadas de conflito armado. Durante essa etapa, conhecida como a fase de fim do conflito, o governo colombiano e a guerrilha das FARC dialogaram intensa e metodicamente a fim de resultar em acordos pontuais sobre os seis temas principais delineados no Acuerdo Geral, incluindo questões fundamentais reparação às vítimas, reintegração dos combatentes à sociedade e a implementação de mecanismos de verificação e fiscalização dos acordos. Embora a agenda estabelecida apresentasse uma amplitude reduzida em comparação aos esforços do processo de paz de Caguán, feita em 1999, a abordagem adotada a partir de 2012 revelou-se mais promissora e otimista. Este momento, portanto, representou não apenas um avanço técnico nas negociações de paz, mas também um movimento simbólico em direção ao encerramento de um ciclo de violência prolongado, apregoando a esperança de um futuro mais estável e reconciliado para a

nação colombiana (Silva, 2015). Não obstante, as negociações foram marcadas por diversos eventos violentos entre o governo e as FARC, como por exemplo a explosão de uma bomba em El Retorno, no dia 10 de agosto de 2016.

Esses eventos preocupavam o governo colombiano pois existem diversas chances do não cumprimento por parte do grupo guerrilheiro além de haver a existência de guerrilheiros reincidentes que, absorvidos por outras redes paramilitares (Dario, 2014), continuam a atuar à margem da lei e dando perenidade ao conflito com o governo e a sociedade colombiana (Lange, 2016, p. 80). Diante dessas diversas possibilidades, os fatores levam ao último acordo anunciado por ambas as partes, o *Acuerdo sobre Cese al Fuego y de Hostilidades Bilateral y Definitivo y Dejación de las Armas entre el Gobierno Nacional y las FARC-EP*, e visava a implementação, de fato, de todos os pontos acertados no Acordo Final, com a previsão de começar após a legitimação do acordo pela população colombiana por meio de um plebiscito em 2 de outubro de 2016. Após diversas rodadas de negociação ao longo dos anos, as tratativas culminaram com a assinatura do Acordo Geral em 26 de setembro de 2016, na cidade de Cartagena, Colômbia.

4.4.2. As FARC no séc. XXI

Após a assinatura do acordo, era claro que alguns assuntos ainda eram delicados para haver uma resolução pronta. A distribuição de terras e a questão de reparação às vítimas do conflito eram temas em que precisavam de uma análise minuciosa para o desenvolvimento de uma solução (Ospina e Marks, 2016). Em abril de 2013, Bogotá foi palco da marcha pela paz, que mobilizou mais de um milhão de colombianos em defesa do processo de paz em andamento no país. Este evento, que contou com o apoio do presidente Juan Manuel Santos, evidenciou o profundo envolvimento e o interesse da população colombiana na busca por uma resolução pacífica para o conflito armado que perdurou por décadas. No mês seguinte, é assinado um acordo sobre desenvolvimento rural, a *Reforma Rural Integral* (RRI), que estabeleceria bases para a transformação estrutural do campo na Colômbia, a melhoria do bem-estar para a população rural a fim de contribuir para a construção de uma paz estável e duradoura (Gobierno Nacional; FARC-EP, 2014a) por meio da diminuição das dissensões relativas à concentração de terras no país.

O setor rural, por muito tempo securitizado, permite uma maior possibilidade de investimentos para a melhora da economia e instalação de políticas de acesso à terra e melhoria de infraestrutura. Portanto, é importante destacar a importância do acordo para a população, já

que durante outros governos as guerrilhas e grupos ilegais contraproduziam o espaço campesino impossibilitando o desenvolvimento social e econômico no setor (Lange, 2017).

Após o encaminhamento do projeto de Lei de Santos para a Câmara e o Senado, o país enfrentou um intenso e conturbado período de diálogo em busca de uma solução para o conflito interno. Este processo culminou na assinatura, em novembro de 2013, de um acordo em La Havana, que abordou o segundo ponto crucial das negociações: a participação política das FARC após sua desmobilização e a consequente entrega de armamentos (Lange, 2017). Esse avanço não apenas representou um marco significativo nos diálogos de paz, mas também refletiu a determinação das partes envolvidas em construir um futuro mais pacífico e democrático para a Colômbia, promovendo a inclusão das FARC no sistema político nacional e buscando garantir os direitos de todos os cidadãos, tema abertamente reprovado pela população que se recusava a ver as FARC como partido político após anos de violência no país (Dario, 2014).

No fim, as negociações foram encerradas com a execução de três pontos principais: abertura democrática que promova a inclusão política e que permita o surgimento de novas vozes e novos projetos políticos a fim de enriquecer o debate; maior participação cidadã para a consolidação da paz; e assegurar que o vínculo entre política e armas deixe de existir (Gobierno Nacional; FARC-EP, 2014). No ano seguinte, o acordo sobre o tráfico de drogas foi redigido e pendia sobre pontos como: (i) a substituição e erradicação dos cultivos ilícitos; (ii) o consumo de narcóticos, dando foco à políticas de direitos humanos e saneamento público; (iii) e o narcotráfico, que deveria ser combatido e partindo de uma estratégia integral para ampliar e reforçar a luta contra o crime organizado (Gobierno Nacional; FARC-EP, 2014).

Após os grandes avanços nos diálogos com as FARC, Santos consegue ser reeleito em 2014 ainda se apoiando nos discursos promotores da paz e diálogos em busca da erradicação da atividade das FARC no país. Em 2015, o governo da Colômbia tomou uma medida significativa ao anunciar a suspensão dos bombardeios direcionados aos acampamentos das FARC.

Após os esforços do governo na persistência de acabar com o conflito das FARC pela área da dessecuritização da guerrilha, é notável uma mudança de discursos do presidente no seu novo mandato, na sua primeira posse Santos afirmava que “[...] é possível ter uma Colômbia em paz, uma Colômbia sem guerrilha. E vamos demonstrá-la pela razão ou pela força” (Presidencia De La Republica De Colombia, 2010). Já em 2014, o presidente afirma que “A

Colômbia deve ser a boa notícia que a humanidade necessita: que chega ao fim o último conflito armado do hemisfério” (Presidencia De La Republica De Colombia, 2014).

Em janeiro de 2016, um marco significativo ocorreu nas negociações de paz entre o governo colombiano e FARC, materializado no anúncio da decisão consensual entre as partes sobre a supervisão da ONU durante o cessar-fogo bilateral e definitivo, assim como a entrega das armas por parte da guerrilha, tema que configurou o terceiro ponto das extensas negociações em andamento. A necessidade de um acompanhamento internacional foi expressa pela própria FARC, que, em suas declarações, destacou a condição de que a entrega de suas armas se daria exclusivamente sob a supervisão de um ator internacional. Diante desse panorama, a solicitação da FARC pela participação da Organização das Nações Unidas (ONU) no processo de desarmamento e evidenciou a confiança da guerrilha em um organismo internacional para mediar essa fase crítica, este acordo ficou conhecido como *Acuerdo sobre Cese al Fuego y de Hostilidades Bilateral y Definitivo y Dejación de las Armas entre el Gobierno Nacional y las FARC-EP* e previa a concentração dos guerrilheiros por 180 dias em espaços específicos determinados pelo governo.

Portanto, o processo de dessecuritização das FARC conduzido pelo governo Santos, pode ser representado como um meio de responder às críticas recebidas pela população acerca das ambiguidades e paradoxos normativos dos enfoques abrangentes (Villa; Santos, 2011). Em inúmeros momentos do governo Santos é possível identificar acordos jamais alcançados na história da Colômbia, como por exemplo a permissão para que membros da guerrilha atuem como membros do governo, legitimando o poder político do grupo insurgente. Embora referido como um cenário politizado, o fato significa a transformação das FARC num legítimo movimento político, que deixa de estar securitizado no setor político desenvolvido por Buzan, Waever e Wilde (1998).

A negativa da população para o *Acuerdo Final para la Terminación del Conflicto y la Construcción de una Paz Estable y Duradera* mostra que apesar do avanço e expansão do diálogo terem sido fatos no governo Santos, os horrores e traumas causados na população são irreparáveis e a aceitação a entrada dos ex-membros do grupo na vida política do país, é considerada isso uma despronúncia aos ex-combatentes (Silva, 2016). Dessa forma, os pontos que levariam a uma possível dessecuritização da guerrilha no médio prazo, após a entrega de armas e sua participação política ser provada nos dois mandatos entre 2018 e 2026, ainda possuem certa resistência popular (Lange, 2017, p. 89).

A assinatura do acordo de paz, embora constitua um marco significativo na busca por uma coexistência harmoniosa na Colômbia, não deve ser interpretada como um indicativo de que as divergências e tensões desapareçam por completo. De fato, embora uma parte do conflito tenha sido encerrada e a violência, teoricamente superada, é necessário dar continuidade à promoção de diálogos contínuos e construtivos que abordem as diversas facetas da construção da paz. No contexto do governo Santos, a iniciativa de dessecuritizar as questões relacionadas ao conflito e reposicionar o debate na esfera política demonstra-se como uma estratégia imprescindível e eficaz para enfrentar os desafios que ainda permeiam a sociedade colombiana. Tal abordagem não apenas permite que as comunidades e seus representantes se engajem em um diálogo produtivo, mas também propicia a criação de um ambiente propício à justiça social e ao fim do conflito.

Considerações Finais

Esta pesquisa, por fim, buscou abordar os pontos de inflexão da teoria de securitização proposta pela Escola de Copenhague, analisando se essa teoria se mostra consistente ao ser aplicada a um caso real, conforme detalhado por Buzan *et al.* No conflito das FARC em relação ao governo colombiano, iniciado em 1960 e passando por diversas etapas até os dias atuais, marcado por altos índices de violência e conflitos devido à falta de acordos efetivos em busca da paz, o processo de securitização se torna evidente nos discursos presidenciais e nas decisões tomadas por estes. Um ponto importante que emerge na análise dos estudos de Buzan consiste em verificar se esse pode ser considerado o caminho mais seguro e consistente para alcançar a paz em um conflito com uma diversidade de atores não estatais envolvidos no conflito.

Ao longo da análise, pode-se perceber diversos fatores e características que fazem o governo colombiano securitizar e dessecuritizar a situação das FARC, durante anos de governo foram feitas inúmeras tentativas para solucionar o caso, mas nenhuma se mostrou tão eficaz até a abordagem trazida por Santos, a partir de 2010. Desde a década de 1990, o discurso securitizador apoiado pelos EUA emergiu como uma força nas dinâmicas políticas e sociais da América Latina, especialmente na Colômbia, onde a implementação do Plano Colômbia se tornou um marco decisivo na reconfiguração da conjuntura regional. Este plano, que visava combater o narcotráfico e fortalecer as capacidades militares do país, foi recebido em um contexto de crescente desgaste da sociedade colombiana em relação às repetidas tentativas de paz que, ao longo dos anos, mostraram-se ineficazes e frustrantes. Nesse cenário de

descontentamento, a proposta de um combate militar mais incisivo e defendida pelo então presidente Álvaro Uribe, encontrou um amplo respaldo popular, que via nas ações militares uma solução viável para a longa e complexa guerra interna. Com um foco na militarização da resposta aos grupos guerrilheiros, as Forças Armadas colombianas passaram a receber investimentos substanciais, permitindo-lhes não apenas modernizar suas operações, mas também obter vantagens significativas sobre seus adversários. Essa estratégia, embora tenha gerado resultados táticos imediatos, acabou por fechar as portas ao diálogo e à negociação e aumentou um ciclo de violência, dificultando a busca por soluções pacíficas e duradouras para os conflitos que assolaram a nação colombiana por décadas. Assim, o discurso securitizador, que, como visto no capítulo 3 prometia a restauração da ordem e da segurança, revelou-se, na prática, um fator que contribuiu para o agravamento das tensões sociais e políticas, desafiando a capacidade do país de encontrar um caminho efetivo rumo à paz.

A partir do tratamento incisivo e violento que o Estado lidou com as guerrilhas e grupos paramilitares, a postura ao conflito foi se agravando e atingiu um novo patamar, com a necessidade da intervenção dos EUA e a utilização do termo terrorismo para que houvesse um apelo global em cima da situação. A necessidade de um investimento alto e grande influência americana no projeto, criação de planos como o PCSD e PND para concretizar a securitização do conflito foi necessária para que houvesse o tratamento do narcotráfico e do terrorismo. As medidas se tornaram ineficazes e apenas ocasionou o aumento do número de mortes e deslocamentos forçados para fora do país, desta forma, observa-se um exemplo claro do pensamento de Buzan et al. (1998) quando os autores da EC afirmam que, embora a securitização seja eficaz em várias situações, ela pode, em certos casos, ter o efeito oposto ao desejado, como ocorreu na Colômbia.

Enquanto Uribe apoiou seu governo na militarização do conflito e por conseguinte securitização das FARC, seu sucessor Juan Manuel Santos, iniciou sua gestão em 2010 e começou seu mandato tendo um discurso alinhado com Uribe e prometeu o fim do conflito com as FARC através de vias militares, dando continuidade ao plano do presidente anterior. Entretanto, após sua posse, o presidente se mostra aberto ao diálogo e muda o curso do embate com a guerrilha, realizando reuniões e abrindo pontos de discussão que eram do interesse das FARC, atendendo pedidos de ambos os lados e assumindo uma postura completamente conciliatória.

O acordo de 23 de junho de 2016, que formaliza o cessar-fogo definitivo entre as partes, destacando-se entre todos os acordos parciais elaborados anteriormente, visto que representou

a suspensão dos combates diretos entre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e as Forças Estatais. A análise desta pesquisa revela a sua relevância não apenas na perspectiva da resolução do conflito armado, mas também na crucial missão de restaurar a confiança da sociedade colombiana em relação aos termos de paz estabelecidos, que, por sua vez, se tornam fundamentais para a construção de um futuro pacífico e reconciliador (Lange, 2017). Além disso, a efetivação deste acordo abre caminhos para o desenvolvimento de expectativas em relação à dessecuritização das questões relacionadas ao conflito. A dessecuritização, quando efetivamente implementada, tem o potencial de promover uma realocação significativa da guerrilha no contexto da segurança pública interna, de modo que suas implicações deixariam de ser prioritárias na agenda de segurança internacional da Colômbia. Neste novo cenário, embora ainda haja repercussões nos setores econômico e político em virtude do fenômeno guerrilheiro, sua abordagem se restringiria e seria tratada como uma questão emergente apenas na esfera da segurança pública.

Com os resultados obtidos da análise de ambos os governos, é perceptível que a dessecuritização foi a via mais plausível para lidar com o conflito, visto que de acordo com Weaver (1995) este processo consegue ser mais saudável para a manutenção da paz ao ofertar outros meios visando a diminuição da violência e armamento. Além disso, assim como a dessecuritização, o processo de construção da paz é intrinsecamente complexo, demandando não apenas um tempo considerável, mas também a participação de uma pluralidade de atores sociais e políticos. A assinatura de um acordo de paz pode sinalizar o término de uma fase específica do conflito e a superação da violência em um sentido teórico, mas não implica a eliminação das divergências que subsistem entre os envolvidos. Assim, debates contínuos sobre os caminhos para a construção de uma paz duradoura permanecem essenciais. A estratégia de dessecuritizar, transformando as discussões para a esfera política, revela-se como a abordagem mais eficaz para enfrentar as multifacetadas questões que permeiam o problema colombiano.

REFERÊNCIAS

- ALAPE, Arturo. **Tirofijo: Los sueños y las montañas**. Bogotá, Edición Planeta, 1994.
- BAILEY, Norman A. La violencia in Colombia. **Journal of Inter-American Studies**, v. 9, n. 4, p. 561-575, 1967.
- BARROS JÚNIOR, Roberto Carlos Nattrodt. **Os reflexos do processo de paz das FARC para a Colômbia e para o Brasil em relação à geopolítica da Amazônia**. 2019. Monografia (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.
- BAYER, Anna-Karina. Peace Process in Colombia: International Third-Party Interventions. **Journal of Peace, Conflict and Development**, n. 20, abril 2013. p. 61-80.
- BEITTEL, June. **Colombia: background, US relations and congressional interest**. Washington: Congressional Research Service, 28 nov. 2012.
- BEZERRA, Catarina Rose. **Transformação de conflitos e os movimentos pela paz na Colômbia: uma pesquisa comparada dos processos de paz durante os governos Pastrana (1998-2002) e Santos (2010-2016)**. 2017.
- BOLÍVAR, Ingrid J. **Local Dimensions of the Colombian Conflict: Order and Security in Drug Trafficking**. Clingendael Institute., 2022.
- BORDIN, Bruno Marcolla. **Narcotráfico na Colômbia e as intervenções estadunidenses: uma análise do Plano Colômbia**. Florianópolis, 2013. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=narcotr%C3%A1fico+na+Col%C3%B4mbia+e+as+interven%C3%A7%C3%B5es+estadunidense%3A+uma+an%C3%A1lise+do+plano+Col%C3%B3mbia&btnG=#d=gs_qabs&u=%23p%3D2NVeZirBeVMJ. Acesso em: 20 out. 2024.
- BRAGANÇA, Danillo Avellar; GUEDES, Julie Medeiros Sérgio. **O declínio estadunidense e a guerra às drogas: a América Latina como reserva política preferencial dos Estados Unidos**. *Revista Aurora*, v. 11, n. 1, p. 67-78, 2018.
- BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. *A evolução dos estudos de segurança internacional*. 2012.
- BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Regions and Powers: the structure of international security**. Nova Iorque, Cambridge University Press, 2003.
- BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: A New Framework for Analysis**. Londres: Lynne Rienner Publishers, 1998.
- CARPENTER, Ted Galen. **Bad Neighbor Policy: washingtons futile war on drugs in latin america**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2003.

CARVAJAL, Leonardo; PARDO, Rodrigo. La internacionalización del conflicto doméstico y los procesos de paz. **Martha Ardila, Diego Cardona, Arlene Tickner (edits.) Prioridades y desafíos de la política exterior colombiana**, Bogotá, Fescol, 2002.

COATSWORTH, John H. **Roots of violence in Colombia: Armed actors and beyond**. 2003.

COLOMBIA. Departamento Nacional de Planeación. Dirección de Justicia y Seguridad (DJS). **Estrategia de Fortalecimiento de la Democracia y el Desarrollo Social (2007-2013)**. 2007. Disponível em:

http://www.dnp.gov.co/PortalWeb/Portals/0/archivos/documentos/DJS/DJS_Documentos_Publicaciones/estrategia_version_espanol.pdf. Acesso em: 05 nov. 2024.

COSOY, Natalio. **Como a guerra entre o governo da Colômbia e as Farc começou e por que ela durou mais de 50 anos**. BBC Brasil. Bogotá, v. 24, 25 ago. 2016. Acesso em: 20 de out. 2024

DARIO, Diogo Monteiro. **Os diálogos de paz entre as FARC e o governo Santos na Colômbia**. Rio de Janeiro: Global South Unit for Meditation, 2014, p.1-11.

DE CASTRO, André Dunham. **A crise na Colômbia: impactos e implicações para o Brasil**. Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

DE SOUSA, S. A. **Papa pede reconciliação entre Colômbia e Farc**. Disponível em: <<https://operamundi.uol.com.br/diplomacia/papa-pede-reconciliacao-entre-colombia-e-farc/>>. Acesso em: 22 out. 2024.

Estudo de mercado do COLOMBIA. 2023. Disponível em: https://www.fieb.org.br/wp-content/uploads/2023/04/Estudo-de-mercado-do-COLOMBIA-diagramado_V_Final.pdf. Acesso em: 13 out. 2024.

DUQUE, Marina Guedes. **O Papel de Síntese da Escola de Copenhague nos Estudos de Segurança Internacional**. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, vol. 31, n. 3, set./dez. 2009, p. 459-501.

EL TIEMPO. **‘Matones’ y ‘vulgares terroristas’ son las Farc, señala el presidente Álvaro Uribe**. 2008. Disponível em: Acesso em: out 2017.

FOLHA DE S.PAULO. **Cooperação antiterror agora será explícita**. 10 jul. 2005. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1007200513.htm>. Acesso em: 5 out. 2024.

FRANZ, Tobias. **Plan Colombia: illegal drugs, economic development and counterinsurgency - a political economy analysis of Colombia's failed war**. Development Policy Review, [s.l.], v. 34, n. 4, p.563-591, 9 jun. 2016. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/dpr.12161>.

GOBIERNO NACIONAL; FARC-EP. **Hacia un Nuevo Campo Colombiano: Reforma Rural Integral**. La Habana, 2014a. Disponível em <<http://www.acuerdodepaz.gov.co/sites/all/themes/nexus/files/reforma-rural-integral.pdf>>.

GUÁQUETA, Alexandra. **Colômbia: seguridad y política exterior**. In: ARDILA, Martha; CARDONA, Diego; RAMÍREZ, Socorro (Eds.). *Colômbia y su política exterior en el siglo XXI*. Bogotá: Fescol, 2005.

HERZ, Monica. **Segurança internacional na América do Sul**. In: JOBIM, Nelson A; ETCHEGOYEN, Sergio W; ALSINA, João Paulo (Orgs.). *Segurança Internacional: perspectivas brasileiras*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 331-343.

HYLTON, Forrest. *A Revolução Colombiana*. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.

KOERICH, Desirée. **Colômbia e o tráfico internacional de drogas: a securitização do tema nos governos de Álvaro Uribe e Manuel Santos**. 2015. 106 f. Monografia (Curso de Relações Internacionais) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

LAMMERHIRT, Laura; REMONDEAU, Camille. **Securitização da questão colombiana: contribuições pós-positivistas para os estudos de segurança internacional no pós-Guerra Fria**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/25069/25069.PDFXXvmi>. Acesso em: 27 out. 2024.

LANGE, Maria Luisa et al. **O processo de paz entre o governo de Juan Manuel Santos e as Farc: uma análise à luz da escola de Copenhague**. 2017.

LEMUS, Maria Clemencia. STANTON, Kimberly. WALSH, John. **Colômbia: a vicious circle of drugs and war**. In: YOUNGERS, Colleta. *Drugs and democracy in Latin America: the impact of U.S. policy*. Boulder, Lynne Rienner publicações, 2005.

LINO, Katharyna Ramos. **A escola de Copenhague e o processo de dessecuritização das FARC**. 2021.

LLORENTE, María. **Las FARC después de 'Jaque'**. Cambio. com, 2009.

MACIAS, A. **10 facts reveal the absurdity of Pablo Escobar's wealth**. Business Insider, 21 set. 2015.

MANZANO, Aitor Montero. **El proceso de "desecuritización" en el conflicto armado colombiano para la construcción de la paz**. Ciudad Paz-Ando, [S.L.], v. 10, n. 1, p. 33-46, 24 jul. 2017. Universidad Distrital Francisco Jose de Caldas.

MEDINA, Ernesto Borda. (1999). **"A política de paz de Andrés Pastrana: turbulência de um caminho em ascensão"**. *Política Externa*. vol.8, n.3.

MOTTA, Bárbara Vasconcellos de Carvalho. **Securitização e política de exceção: o excepcionalismo internacionalista norte-americano na segunda guerra do Iraque**. 2014. 127 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC/SP), São Paulo, 2014.

NATIONAL PLANNING DEPARTMENT; DEPARTMENT OF JUSTICE AND SECURITY. **Plan Colombia Progress Report**, 1999-2005. Bogotá, set. 2006.

NEWMAN, Edward; RICHMOND, Oliver. **The impact of spoilers on peace processes and peacebuilding**. United Nations University Press, 2006.

OACP. **Todo lo que debería saber sobre el proceso de paz**, 2014.

ORTIZ, Carlos Miguel. **“La violencia y los negocios Quindío años 50 y 60”**. In: SÁNCHEZ, Gonzalo; PEÑARANDA, Ricardo (Eds.). *Pasado y presente de la violencia en Colombia*. 2. ed. Bogotá: CEREC, 1995.

Os jovens são a esperança da Colômbia, diz Papa. Disponível em: <https://noticias.cancaonova.com/especiais/pontificado/francisco/os-jovens-sao-esperanca-da-colombia-diz-papa/>. Acesso em: 5 nov. 2024.

OSPINA e MARKS, Gen Ex (Res) Carlos A. e Thomas A.. **Military Review – A Colômbia e a Transição da Guerra a Paz**. The Professional Journal of the U.S. Army, EUA, 2016.

OSPINA, Hernando Calvo. **O Terrorismo de Estado na Colômbia**. Florianópolis: Insular, 2010.

PAGLIARI, Graciela de Conti. **Segurança regional e política externa brasileira: as relações entre Brasil e América do Sul, 1990-2006**. 2009. 281 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais)-Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

PEARLMAN, WENDY. (2009) ***Spoiling inside and Out: Internal Political Contestation and the Middle East Peace Process***. International Security 33:79–109.

PEÑATE, Andrés. **El sendero estratégico del ELN: Del Idealismo Guevarista al Clientelismo Armado**. Bogotá, Universidad de los Andes, documento de trabajo, nº 15, Paz Pública, 1998.
REGILME, Salvador Santino Fulo. **A human rights tragedy: strategic localization of US foreign policy in Colombia**. International Relations, [s.l.], v. 32, n. 3, p.343-365, jun. 2018. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0047117818777830>.

RESTREPO, Jorge A.; SPAGAT, Michael. **The Colombian conflict: Uribe's first 17 months**. Available at SSRN 601928, 2004.

ROCHLIN, Jim. **Plan Colombia and the revolution in military affairs: the demise of the FARC**. Review of International Studies, v. 37, n. 2, p. 715-740, 2011.

RODRIGUES, Thiago. **Narcotráfico e Militarização nas américas: Vício de Guerras**. CONTEXTO INTERNACIONAL Rio de Janeiro, vol. 34, n 1, janeiro/junho 2012, p. 9-41.

RODRIGUEZ, Ricardo Veléz. **Da Guerra à Pacificação: a escolha colombiana**. Campinas: Vide Editorial, 2010.

ROSEN, Jonathan D. *The War on Drugs in Colombia: A current account of US policy*. Perspectivas Internacionais, v. 9, n. 2, pp. 58-83, 2013.

SAAB, Bilal Y.; TAYLOR, Alexandra W. *Criminality and armed groups: A comparative study of FARC and paramilitary groups in Colombia*. Studies in Conflict & Terrorism, v. 32, n. 6, p. 455-475, 2009.

SALVATORE, Ricardo. *Criminal justice history in Latin America: promising notes. Crime, Histoire & Sociétés/Crime, History & Societies*, v. 2, n. 2, p. 5-14, 1998. doi:<https://doi.org/10.4000/chs.960>. Acesso em: 3 set. 2024.

SÁNCHEZ, Gonzalo; MEETENS, D. *Bandidos, gamonales e camponeses*. Bogotá, Colômbia: Ponto de Leitura, 2011.

SANÍN, Francisco Gutiérrez. *Criminal rebels? A discussion of civil war and criminality from the Colombian experience*. Politics & Society 32, n. 2, 2004.

SANTOS, Marcelo. *A Política dos Estados Unidos de Combate ao Narcotráfico e o Plano Colômbia (1998 – 2005)*. Estudos de Sociologia. Araraquara, v.12, p.169- 188, 2006.

SANTOS, Marcelo. *O Conflito Colombiano e o Plano Colômbia*. Boa Vista, 2011.

SERAFINO, Nina M. *Colombia: Conditions and US Policy Options*. February 12, 2001. Washington, D.C.: Foreign Affairs, Defense, and Trade Division. Especialista em Assuntos de Segurança Internacional.

SIERRA, Jerónimo Rios. *Del Caguán a La Habana. Los diálogos de paz con las FARC en Colombia: una cuestión de correlación de fuerzas*. Revista de Estudios en Seguridad Internacional, v. 1, n. 1, 2015. pp. 63-83.

SILVA, Caroline Cordeiro Viana. *Colômbia, plano: securitização do narcotráfico pelos Estados Unidos da América*. Conjuntura Global, v. 4, n. 2, p. 124-132, 2015.

STANTON, Kimberly. *The Colombian conflict: regional impact and policy responses*. Washington Office on Latin America, 2005.

STEENKAMP, Christina. *Violence and post-war reconstruction: managing insecurity in the aftermath of peace accords*. Bloomsbury Publishing, 2009.

TANNO, Grace. *A Contribuição da Escola de Copenhague aos Estudos de Segurança Internacional*. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v.25, n.1, p.47-80, junho, 2003.

THOUMI, Francisco E. *Vulnerable Societies: Why Antidrug Policies Fail, Why There is a Need for Reforms and Why They are Unlikely to be Implemented. Substance Use & Misuse*, [s.l.], v. 47, n. 13-14, p. 1628-1632, 20 nov. 2012. Informa UK Limited. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.3109/10826084.2012.705718>. Acesso em: 28. out. 2024.

TICKNER, Arlene; CEPEDA, Carolina. ***Las drogas ilícitas en la relación Colombia-Estados Unidos: balance y perspectivas***. In: **POLÍTICAS ANTIDROGA EN COLOMBIA: ÉXITOS, FRACASOS Y EXTRAÍO**. 2011. p. [indicar as páginas].

TIMMERS, Maria Júlia Schmitt. ***Guerra às drogas na Colômbia: modelo militarizado e interesses dos EUA***. 2021. Trabalho de conclusão de curso de graduação em Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/231565/001133140.pdf?sequence=1>. Acesso em: 11 out. 2024.

TZU, Sun et al. **A arte da guerra**. Editora Évora, 2010.

VAICIUS, Ingrid; ISACSON, Adam. ***Plan Colombia: The Debate in Congress, 2000***. Washington, DC: Center for International Policy, 2000.

VALENCIA, León. ***Drogas, conflito e os Estados Unidos: A Colômbia no princípio do século 21***. *Revista Diplomacia Estratégia Política*, ano 1, n. 2, p. 78-104, 2005.

VALENCIA, Yennesit Palacios; MARÍN, Ignacio García. ***Violence and criminality: two modalities found in the context of the Colombian armed conflict***. *Tempo*, v. 29, n. 3, p. 190-204, 2023.

VÉLEZ, María Alejandra. ***FARC – ELN: Evolución y Expansión Territorial***. Bogotá: Universidad de los Andes, 2001. Disponível em: <https://revistas.uniandes.edu.co/doi/abs/10.13043/dys.47.4>. Acesso em: 27 set. 2024.

VILLA, Rafael Duarte; SANTOS, N. B. ***Buzan, Waever e a Escola de Copenhague: tensões entre o realismo e a abordagem sociológica nos estudos de segurança internacional***. In: MEDEIROS, M. A.; LIMA, M. C.; VILLA, R.; REIS, R. R. (Orgs.). *Clássicos das Relações Internacionais*. São Paulo: Editora Hucitec, 2011. p. 117-151.

VILLA, Rafael Duarte; OSTOS, Maria Del Pilar. ***As relações Colômbia, países vizinhos e Estados Unidos: visões em torno da agenda de segurança***. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, ano 48, n. 2, 2005.

VISACRO, Alessandro. ***Guerra irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história***. Editora Contexto, 2015.

WAEVER, O. ***Securitization and Desecuritization***. In: LIPSCHUTZ, R. D. *On Security*. New York: Columbia University Press, 1995.

WILLIAMS, Michael C. ***Words, Images, Enemies: Securitization and International Politics***. *International Studies Quarterly*, [s.l.], v. 47, n. 4, p. 511-531, dez. 2003. Oxford University Press.

ZACKRISON, James L. ***La Violencia in Colombia: An anomaly in terrorism***. *Journal of Conflict Studies*, v. 9, n. 4, 1989.